



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação

Dissertação de Mestrado

Rio de Janeiro
Fevereiro/2004

SILVIO CLAUDIO SOUZA

O SENTIDO DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Curso de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, da Universidade do Estado do Rio Janeiro – UERJ.

Orientadora: Prof^a. Dr^a: Siomara Borba Leite

Rio de Janeiro
Fevereiro/2004

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Dissertação:

O SENTIDO DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

elaborada por Silvio Claudio Souza

foi aceita e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Rio de Janeiro, _____ de fevereiro de 2004.

Banca Examinadora

Dr^a Siomara Borba Leite

Dr^a Edil Vasconcellos de Paiva

Dr^a Maria Lúcia Cunha Lopes de Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, realmente, acreditam numa educação pública, laica, gratuita e universal como uma das possibilidades democráticas de transformação da sociedade.

AGRADECIMENTOS

A SIOMARA BORBA :

Que quando deveria ser simplesmente professora ou orientadora, foi mestre. Que quando deveria ser mestre, foi a amiga que incentivou-me a seguir em frente. Seu entusiasmo, dedicação, sensibilidade e modéstia foram marcantes para a minha formação. MEU SINCERO, MUITO OBRIGADO.

AOS PROFESSORES:

Edil Paiva, Lílian do Valle, Luís Bazílio, Pablo Gentili e Sônia Siqueira.

Que nos “oxigenaram” com seus conhecimentos e experiências e nos guiaram para além das teorias, das filosofias e das técnicas. Meu profundo respeito e agradecimento, que sempre será pouco diante do muito que me foi oferecido.

AOS ALUNOS DO MESTRADO:

Que muito contribuíram para a conclusão desta pesquisa, através do convívio e discussões em sala de aula.

AO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

Às especiais funcionárias administrativas, Fátima, Jorgete, Marlene, Morgana, Patrícia e Sandra, sempre incansáveis no atendimento do corpo discente, o meu profundo sentimento de gratidão.

Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.
 Tentei salvar os índios, não salvei.
 Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
 Tentei fazer o Brasil desenvolver-se e fracassei.
 Mas os fracassos são as minhas vitórias.
 Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.
 Darcy Ribeiro¹

Só é possível combater a tecnocracia eficazmente
 quando a desafiamos na sua área preferencial,
 aquela das ciências econômicas, e contrapondo
 ao conhecimento mutilado do qual ela se serve,
 um conhecimento que demonstre
 mais respeito às pessoas e às realidades.

Pierre Bourdieu²

Um Índio

Caetano Veloso

(...) e aquilo que nesse momento se revelará aos povos
 surpreenderá a todos não por ser exótico
 mas pelo fato de poder ter sempre
 estado oculto quando terá sido o óbvio.

¹ Darcy Ribeiro (1922-1997) nasceu em Montes Claros(MG). Foi antropólogo, ensaísta, romancista, educador e político.

² Trecho extraído da palestra pronunciada aos grevistas na Gare de Lyon em Paris, em 12 de dezembro de 1995. Pierre Bourdieu (1930-2002) nasceu em Denguin, Sul da França. Lecionou filosofia na Sorbonne e em meados dos anos sessenta tornou-se diretor de estudos na Ecole des Hautes Etudes e diretor da área de Sociologia Européia. Em 1982, foi eleito para a cadeira de Sociologia no Collège de France.

SUMÁRIO

RESUMO	01
RESUMEN	02
INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO 1:	
A Educação secular e universal como construção burguesa.....	19
1.1. O Iluminismo e a Educação	21
CAPÍTULO 2:	
A sociedade contemporânea: do liberalismo ao neoliberalismo.....	31
2.1. O liberalismo e a sua trajetória ao neoliberalismo.....	32
2.2. A operacionalização do projeto neoliberal	52
CAPÍTULO 3:	
O discurso contemporâneo: a questão da educação.....	57
3.1. A educação no projeto neoliberal: a mercantilização da vida ?	71
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA	90

RESUMO

Esta pesquisa investiga o sentido atribuído para a educação e sua instituição formativa, a escola, no discurso e no projeto liberais contemporâneos de sociedade. Com relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

Para sua elaboração foi analisada, primeiramente, a questão da educação secular e universal como construção burguesa que buscava, na sua origem, contribuir para o processo de libertação, de autonomia e de emancipação do homem. A partir desse encaminhamento, é feita uma análise da construção da sociedade liberal que, em sua versão mais atual, entende a sociedade como um conjunto de consumidores.

Dentro dessa concepção de mundo, uma das características, dentre outras, seria o entendimento da educação como mais um dos produtos do processo econômico, onde ela se transformaria em um objeto comercial que poderia ser comprado como qualquer outra mercadoria, e acessível a quem esteja disposto ou em condições de pagar.

Nesse contexto econômico, entendemos que merecerá ser chamada de civilizada uma sociedade que trate a educação como um direito subjetivo das pessoas, como uma prática destinada a alargar os horizontes dos homens, como um fim em si. E não como um instrumento para adequar as pessoas às necessidades de um mercado desumano que, cada vez mais, mercantiliza os espaços e as relações sociais.

RESUMEN

Este estudio investiga el sentido de la educación y su institución de formación, la escuela, en el discurso y proyecto liberales contemporáneos de la sociedad. Con relación a la metodología, es una investigación de bibliografía.

Para su elaboración, fue analizada la cuestión de la educación secolar y universal como una construcción burguesa que, en su origen, contribuyó para el proceso de libertad, de autonomía y de emancipación del hombre. A partir de eso, hacemos un análisis de la constitución de la sociedad liberal en su versión más actual, o sea, entendida como un conjunto de consumidores.

En esa concepción de mundo, la educación es más un producto del proceso económico, un objeto comercial como otra mercancía cualquiera, accesible a quienquiera que esté dispuesto o en condiciones de comprarla.

Sin embargo, comprendemos que en ese contexto económico una sociedad es civilizada cuando considera la educación como un derecho subjetivo de las personas, como una práctica destinada a ampliar los horizontes de los hombres, como un fin en sí misma. No como un instrumento para adaptar las personas a las necesidades de un mercado inhumano que, cada vez más, comercializa los espacios y las relaciones sociales.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade de privilégios, é inevitável que a *Educação* seja considerada perigosa: Nenhuma *ordem* opressora suportaria que todos os oprimidos passassem a dizer: *Por quê ?*
Paulo Freire³

Inicialmente, gostaria de apresentar tanto a minha trajetória e preocupações quanto os caminhos que percorri para a feitura dessa pesquisa. Reconheço a dificuldade de falarmos de algo que se encontra muito próximo de nós, como é o caso da nova estruturação do mundo do trabalho, das políticas neoliberais, da globalização econômica e do papel da escola pública no contexto da sociedade contemporânea. Mas, mesmo ciente dessa dificuldade, tentei ressaltar essas discussões.

Durante o curso de Graduação em Pedagogia, tive a oportunidade, como muitos o fizeram, de questionar a educação sobre seus mais variados aspectos. Dentre esses aspectos, a questão relacionada à educação pública e o processo de privatização da educação, principalmente nas últimas décadas, me fizeram indagar sobre que sociedade estamos construindo e que educação será possível?

³ O educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) é considerado um dos maiores educadores do século XX. Paulo Freire era cristão e o seu cristianismo se embasava em uma teologia libertadora, preocupada com o contraste entre a pobreza e a riqueza que resulta de privilégios sociais.

Além da minha formação em Pedagogia, venho atuando como professor do ensino superior, há mais de 12 anos, nas disciplinas de Comércio Exterior e Administração. Para o exercício dessa função docente, tenho acompanhado as transformações pelas quais passa o mundo em função dos processos ditos “globais”, a mudança nos modos de produção e as mudanças curriculares para atender “certas” demandas do mundo do trabalho. Esta sociedade global, este “mercado global” são, na verdade, trajetórias históricas de um momento de constituição social que significa um novo mundo: a Modernidade.

A Modernidade foi um momento da história da humanidade marcado por grandes “revoluções” na forma de viver e de pensar do homem: novo significado do homem na Terra, aparecimento do indivíduo descolado da gleba, valorização da razão, nova forma de relação econômica e a criação do Estado nacional. Dentre essas, duas características são fundamentais da sociedade Moderna: a valorização da razão e a constituição do Estado nacional.

Na primeira característica, a valorização da razão humana, temos com o filósofo René Descartes⁴ o início de um estilo de filosofar que vai perpassar toda a Modernidade, quando o homem afirma a necessidade de autonomia do pensamento e a importância do sujeito. Essa autonomia é a alavanca para o conhecimento, pois somente uma racionalidade despojada de pressupostos e livre das amarras pode colocar tudo sob discussão.

⁴ O filósofo francês René Descartes (1596-1650) é considerado o pai da filosofia moderna, tendo desenvolvido uma visão filosófica idealista e mecanicista, reconstruindo a partir do zero toda a filosofia. (MARTINS FILHO, 1997, p. 139)

No primeiro parágrafo do *Discurso do método*, ele enfatiza a questão da razão ou do bom senso, ou seja, a capacidade de bem julgar e de discernir o verdadeiro do falso. Entretanto, ele ressalta que nem todos os homens utilizam corretamente sua razão ou bom senso.

Segundo Descartes, é fundamental a existência de um método, quer dizer, de um caminho certo, seguro:

O bom senso é o que existe de mais bem distribuído no mundo. Porque cada um se julga tão bem dotado dele que mesmo aqueles que são mais difíceis de se contentar com qualquer outra coisa não costumam desejar possuí-lo mais do que já têm : e não é verossímil que todos se enganem a esse respeito. Pelo contrário, isso testemunha que o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens; e que, por isso, a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de uns serem mais racionais do que os outros, mas somente do fato de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e de não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, tanto quanto das maiores virtudes, e os que só andam muito lentamente podem avançar muito mais, se seguirem sempre o caminho reto, do que aqueles que correm e dele se distanciam.

(DESCARTES, 1996, p.65)

O objetivo e a utilidade do método consistem, para o homem, em "conduzir bem sua razão" e em "procurar a verdade nas ciências". Se queremos procurar a verdade, não podemos andar ao acaso, sem rumo. Devemos seguir um caminho reto, seguro, certo; seguir uma ordem, quer dizer, um método. Um dos grandes impactos do cartesianismo consiste, no processo de conhecimento, na rejeição de toda e qualquer autoridade distinta da razão. Ele proclama a

independência da filosofia, que, doravante, deve submeter-se apenas à autoridade da razão.

O importante é que devemos julgar por nós mesmos. Só devemos aceitar aquilo que podemos compreender claramente e demonstrar racionalmente. Só a razão conhece. E somente ela pode julgar-se a si mesma. Essa exigência fundamental, que Descartes fixou para a ordem do saber, foi estendida, no século XVIII, para os domínios da moral, da política e da religião.

Um outro filósofo fundamental para o entendimento da Modernidade é Immanuel Kant⁵. Para ele, a Modernidade tem uma significação histórico-universal: a humanidade tem, de agora em diante, a possibilidade de atingir a maioria pelo uso público da razão, permitindo a efetivação da emancipação humana pelo afastamento de todas as tutelas, em qualquer ordem da vida humana, que impediam o homem de chegar à idade adulta.

A concepção racionalista tradicional remetia, em última análise, para a Teologia (para Descartes, por exemplo, Deus era a garantia da validade do conhecimento). Com Kant, estabelece-se, definitivamente, a ruptura entre a fé e a razão, e esta é dessacralizada. Separa-se, assim, a teoria do conhecimento da Teologia.

Através da filosofia kantiana, tornou-se possível o retorno transcendental a si mesmo. *A filosofia transcendental* de Kant é formulada na sua obra *Crítica da razão pura* que, em geral, ocupa-se não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecimento de objetos; a *filosofia transcendental*, portanto, contém sua teoria do conhecimento, ou seja, sua análise das condições de possibilidade do conhecimento, por meio da qual se pode delimitar a ciência da pseudociência, distinguindo o uso cognitivo da razão que efetivamente produz conhecimento do real, de seu uso meramente especulativo, em que ao pensamento não correspondem objetos.

⁵ O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) formulou uma concepção de filosofia crítica de grande importância para o desenvolvimento posterior da filosofia. Seu objetivo foi superar a oposição tradicional entre o racionalismo e o empirismo, bem como as controvérsias infundáveis entre os filósofos, colocando a filosofia no “caminho seguro da ciência”. (LEGRAND, 1983, p. 235)

Pode-se dizer que essa obra, *Crítica da razão pura*, consiste, por um lado, no exame da constituição interna da razão; por outro lado, no exame do seu funcionamento. Para Kant, *transcendental* significa o “*a priori*”, o que tem por função tornar possível o conhecimento:

Chamo transcendental a todo conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*. Um sistema de conceitos deste gênero deveria denominar-se *filosofia transcendental*. A palavra transcendental não aponta para o que ultrapassa toda a experiência, mas para o que a precede (*a priori*), com o único fim de tornar simplesmente possível o conhecimento experimental. (KANT, 1989, p.53)

Nessa concepção kantiana, o homem não se entende mais inserido num todo maior, que heteronomamente lhe fornece o sentido de sua vida, mas ele mesmo é fonte de sentido de qualquer todo, já que ele é o *locus* que determina o sentido de tudo.

A afirmação de William Shakespeare (1564-1616) - “Que obra de arte é o homem” – evidenciava uma mudança na estrutura mental medieval. A visão de mundo, determinada na Idade Média pela relação Deus-Homem, estava sendo substituída pela relação Homem-Natureza. Era a passagem do teocentrismo para o antropocentrismo.

Tal mudança na estrutura do pensamento significava que o homem passava a ver a Natureza como objeto de sua ação e de seu conhecimento, e sua tarefa consistia em representá-la. Dessa forma, o homem, ao captar seu objeto, deveria formular hipóteses e experimentá-las continuamente para se certificar da validade de sua representação. As explicações teológicas e metafísicas não mais satisfaziam o homem moderno, cioso de uma objetividade que o levasse à compreensão dos fenômenos físicos e das leis naturais.

A principal característica da mutação mental que ocorreu no século XVII foi a afirmação do homem como sujeito que representa a realidade, seu objeto. Podemos considerar que as conquistas e realizações renascentistas deixaram o homem comum desorientado e desconfiado. O mundo racionalmente ordenado e unificado da Antigüidade já não existia mais. O que representariam a pólis, o Império ou a Igreja diante de um universo infinito?

Ao dotar a espécie humana de liberdade e razão, a natureza teria prescrito o seguinte destino para o homem: saindo da “sua culposa menoridade”, libertar-se-ia das tradicionais tutelas para passar a guiar-se pelo próprio entendimento. Sob a direção do entendimento, abria-se à humanidade, no seu conjunto, a perspectiva de um progresso infinito para a liberdade, para o estado universal de direito e, conseqüentemente, para a autonomia humana.

Entretanto, em lugar de se ver uma humanidade definitivamente reconciliada e em continuado aperfeiçoamento, em pleno século XX assistiu-se a duas guerras mundiais, bombas nucleares matando seres humanos, miséria e fome nos países periféricos ao capitalismo central, destruição da camada de ozônio, enfim, o que podemos perceber é a lógica da destruição ocupando cada vez mais os espaços no mundo.

Na trajetória da racionalidade na Modernidade, o direito, a moral, a arte, a ciência e a vida, foram submetidos aos ditames de uma racionalidade técnica. A expressão teórica suprema é a própria ciência moderna que, entendida positivamente, atrela a aspiração ao conhecimento teórico do mundo à utilização técnica. A racionalidade técnica transforma a razão em dominação e, por isso, o avanço do processo de racionalização significa o avanço da perda de sentido e da liberdade na vida humana.

Essa “tecnocracia” pretende realizar a racionalização de tudo, desde a ordenação estatal do crédito até a orientação da educação. Naturalmente, tudo que seja facilitar a racionalização é previamente favorecido pela

“tecnocracia”: a homogeneização social, a formação da sociedade de consumo, a concentração das empresas, o domínio dos meios de comunicação, o desenvolvimento das grandes cidades etc. São meios que, momentaneamente, se elevam a fins.

Segundo um dos filósofos da *Escola de Frankfurt*⁶, Theodor W. Adorno⁷, a técnica passa a exercer um imenso poder sobre a sociedade, e isso ocorre devido, em grande parte, ao fato de que as circunstâncias que favorecem tal poder são arquitetadas pelo poder dos economicamente mais fortes sobre a própria sociedade. Em decorrência disso, a racionalidade técnica identifica-se com a racionalidade do próprio domínio. “O fato de não serem mais que negócios – escreve Adorno (1996, p.7) – basta-lhes como ideologia”.

Considerando-se, diz Adorno:

[...] que o iluminismo tem como finalidade libertar os homens do medo, tornando-os senhores e liberando o mundo da magia e do mito, e admitindo-se que essa finalidade pode ser atingida por meio da ciência e da tecnologia, tudo levaria a crer que o iluminismo instauraria o poder do homem sobre a ciência e sobre a técnica. Mas ao invés disso, liberto do medo mágico, o homem tornou-se vítima de novo engodo: o progresso da dominação técnica. (1996, p. 8)

Os pensadores da *Escola de Frankfurt* procuraram desenvolver uma teoria crítica do conhecimento e da sociedade. O principal aspecto dessa crítica dizia respeito à racionalidade técnica e instrumental que teria dominado a sociedade moderna com a Revolução Industrial. Para eles, contra essa tendência dominante em nossa época, seria necessário desenvolver a razão emancipatória, com base na crítica da dominação e em nome da comunicação e do consenso entre os indivíduos racionais e livres.

⁶ A Escola de Frankfurt teve sua origem no “Instituto de Pesquisa Social” fundado em 1923, tendo como pensadores: Theodor W. Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979), entre outros, desenvolvendo uma severa crítica à sociedade burguesa moderna. Procurou dar uma visão global e crítica da sociedade, baseada no método dialético, que seria o único capaz de captar as contradições internas dessa sociedade. (MARTINS FILHO, 1997, p. 233)

⁷ Theodor W. Adorno (1903-1969) foi filósofo e musicólogo. Escreveu junto com Horkheimer, *Dialética do iluminismo* (1949), numa crítica geral à cultura moderna. Foi um dos fundadores da Escola de Frankfurt e teve que abandonar a Alemanha devido ao domínio nazista, fixando-se nos Estados Unidos da América.

Alguns dos aspectos centrais dessa dominação da técnica seriam a massificação do conhecimento, da arte e da cultura que produzem, diluindo assim sua força expressiva, seu significado próprio, transformando tudo em objeto de consumo. Para os frankfurtianos, a racionalidade técnica dissocia meios e fins e redundando na adoração fetichista de seus próprios meios. Ela não é o triunfo da “razão científica”, mas o triunfo do método sobre a ciência. Isso quer dizer que ciência e técnica perdem sua destinação humana.

Nesse contexto, a interpretação contemporânea crítica parte do princípio que a crise instaurada no interior da Modernidade é decorrente da insuficiência de um modelo de racionalidade que se tornou preponderante e que não foi capaz de responder, de modo satisfatório, aos problemas levantados no âmbito da vida social e individual dos seres humanos.

A outra característica que marca, de forma definitiva, a Modernidade é a instituição do Estado nacional. Ele pode ser entendido, principalmente, através de três elementos ou propriedades características: soberania ou poder supremo, povo e território. O território nada mais é que a esfera territorial de validade da ordenação jurídica; o povo nada mais é que a esfera pessoal de validade da ordenação, ou seja, os limites do grupo de indivíduos aos quais se estende a validade da ordenação jurídica. Quanto à soberania, atribuí-la ao Estado depende da escolha que se faz quanto às hipóteses de primado do direito estatal ou do direito internacional.

Para entendermos a “construção” do Estado nacional, é importante retornarmos à Idade Média (século V ao XV), em que toda a organização da sociedade estava diretamente ligada à questão da propriedade da terra ou dos bens que eram produzidos em atividades diretamente ligadas a ela. O desenvolvimento comercial, que marcou os últimos séculos desse período, foi, aos

poucos, introduzindo profundas mudanças nessa organização. Nas cidades, a possibilidade do comércio e a produção de manufaturas deram origem a um novo modo de vida. Os burgueses (habitantes das cidades, burgos) perceberam que, através das suas atividades comerciais, podiam entender a vida da época sob um “novo” ângulo de visão e, assim, fazer emergir seus próprios interesses. François Châtelet⁸(1985), aponta que nesse momento o “aparelho senhorial” começou a ser superado:

(...) concluindo um movimento muito antigo, reino e nação tendem a se fundir, de tal modo que as partes envolvidas nas questões da política, do direito, do governo, tornam-se cada vez mais numerosas: o tempo da senhoria e do aparelho senhorial foi definitivamente superado. (p.61)

A vida organizada em feudos e o poder político fragmentado entre os inúmeros senhores feudais haviam criado, ao longo da Idade Média, uma série de particularismos. Toda a estrutura política e jurídica orientava-se no sentido de interesses particulares: os feudos, as cidades, as corporações de ofícios. A nova ordem impunha agora o rompimento dessa velha estrutura. Tornavam-se necessárias leis que não variassem de feudo para feudo. As cidades, muitas vezes localizadas dentro dos feudos, viam-se obrigadas a se submeterem à jurisdição de seus senhores feudais que, procurando preservar seus direitos, acabavam por dificultar o desenvolvimento comercial. A presença de diversos

⁸ François Châtelet é professor de Filosofia na Universidade de Paris VIII – França.

senhores feudais em diferentes lugares tornava os negócios difíceis. Surgia a necessidade de uma autoridade central.

O processo de formação de um Estado centralizado foi acompanhado, por toda a Europa, pelo surgimento de um sentimento de nacionalismo que suplantou as referências e orientações locais. A nova orientação política deu condições para que da ordem anterior, fragmentada entre inúmeros feudos e senhores feudais, surgisse outra, agora estruturada em unidade nacional. Segundo Franco Cambi⁹(1999):

Até 1789, que foi chamado *Ancien Régime*, o mundo moderno se organiza, sobretudo, em torno dos processos de civilização (Elias), de racionalização (Weber), de institucionalização (Foucault) da vida social no seu conjunto, dando lugar a um estilo de vida radicalmente novo. Nele se afirmam comportamentos de autocontrole e de conformidade a modelos de “boas maneiras”, que revelam o nascimento de uma nova sensibilidade social.(...) O centro motor de todo este complexo projeto de pedagogização da sociedade, de reorganização e de controle, de produção de comportamentos integrados aos fins globais da vida social é o Estado: o Estado moderno, entendido como poder exercido por um centro, segundo um modelo de eficiência racional e produtiva.(...) O Estado moderno, que, com seus requisitos de controlador social e produtor de leis impositivas para toda a comunidade, permanece como protagonista central de todo o complexo itinerário histórico da Modernidade.(p.200-201)

O Estado moderno, portanto, pode ser definido como aquele sistema político representativo que se constitui num território com dimensão nacional, no curso de um processo histórico que vê o “nascimento da nação” como um povo

⁹ Franco Cambi é professor de Pedagogia Geral na Universidade de Florença/Itália.

unificado por forte nexos econômico-lingüístico-cultural. Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1988):

A nação, porém, estava ligada – e inevitavelmente – àquele fenômeno característico do século XIX, o “Estado-nação”. O Estado não só fazia a nação mas precisava fazer a nação. Os governos, agora, iam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro. Poderiam requerer o compromisso pessoal ativo deles, e circunstancialmente mesmo o delas, com o Estado: de fato, o “patriotismo” de todos. (...) “A nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos. (p.212)

Embora em sentido técnico e restrito a noção de Estado indique um conjunto de soberania-povo-território unificado por um ordenamento jurídico-político soberano, este ordenamento não pode ser entificado como puro “ordenamento jurídico” e como puro “ordenamento político”, sem referência à complexa história que articula a gênese e o crescimento de um povo-nação sediado numa específica área geo-histórica e sócioeconômica. Em função dessa nova estruturação da sociedade, as relações Estado-nação irão constituir o tema principal do pensamento político do século XIX, conforme mencionado por François Châtelet:

(...) o que é certo é que o Estado-nação – enquanto representação política que implica o fato de que as populações que constituem uma sociedade no mesmo território reconhecem-se como pertencentes essencialmente a um poder soberano que emana delas e que as expressa -, surgido certamente com a restauração Inglesa de 1690, afirma-se

fortemente com a Revolução Americana de 1776 e com a Revolução Francesa de 1789. E esse Estado-nação é ainda hoje a trama do mundo político, quaisquer que sejam suas diversidades e novidades. (Ibid, p.86)

O fortalecimento do Estado-nação ao longo de todo o século XIX não levanta apenas questões de ordem institucional e governamental. Ao mesmo tempo em que se afirmava essa forma política que implica, como princípio, a separação entre as instâncias de poder e a sociedade civil, essa sociedade coloca – graças a seu desenvolvimento autônomo – problemas graves para aquelas instâncias, suscitando projetos que vão ao ponto de contestar a utilidade (ou a necessidade) do Estado. Em outras palavras: a questão social e a questão da justiça distributiva, da repartição das riquezas e, por conseguinte, de sua produção torna-se cada vez mais, diretamente, uma questão política. Segundo Carlota Boto¹⁰ (2001):

Há uma pedagogia de Estado que se coloca na Europa do século XIX com o propósito de construir efetivamente, do Estado uma nação: havia de se fabricar um dado consenso social, pautado em parâmetros de racionalização/ocidentalização dos costumes; institucionalização da vida civil; e, finalmente, pautado em estratégias de uniformização da língua e do discurso, das tradições, dos costumes e, se possível, dos sentimentos. A nação não era, portanto, apenas uma entidade a ser pensada; desde o começo, tratava-se de uma unidade a ser sentida. (p.153-154)

No final do século XX, o Estado Liberal assume características que destacam, de forma indiscutível, a opção pela privatização, chegando a aprofundar essa opção privatizando todas as esferas da vida.

Nesse contexto, buscamos realizar uma pesquisa que considerasse alguns elementos fundamentais à reflexão sobre o significado dessa nova condição humana e o significado assumido pela educação.

¹⁰ Calota Boto é professora na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP e Doutora em História Social pela FFLCH-USP.

Assim, foi feita uma investigação que, partindo da explicitação dos pontos centrais do projeto neoliberal de sociedade e da consideração dos aspectos do discurso contemporâneo, indicasse o sentido atribuído para a educação e sua instituição formativa, a escola.

Tendo como tema geral da investigação a educação na sociedade contemporânea, o objeto deste estudo foi o significado atribuído pela sociedade liberal contemporânea aos projetos educativos, traduzidos em alguns elementos do discurso educativo liberal.

O objetivo central de pesquisa foi investigar o significado que a educação assume na sociedade contemporânea, indicando as características neoliberais presentes nos projetos educativos.

Com relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica . A partir da análise da bibliografia foram elucidados conceitos, estabelecidas relações e argumentos para o entendimento do significado da educação na sociedade liberal contemporânea. Foram também utilizadas neste trabalho de investigação, algumas fontes secundárias para ilustrar as argumentações apresentadas. O recurso às fontes secundárias se justifica pela necessidade de entendimento da contemporaneidade.

Segundo Eric Hobsbawm¹¹(1995), a compreensão e a análise do presente dependem dos documentos e das publicações oficiais, ou não, que tratam da dinâmica e do desenvolvimento da vida cotidiana e imediata:

¹¹ Eric J. Hobsbawm nasceu em 1917 em Alexandria, no Egito, e fez seus estudos em Viena, Berlim, Londres e Cambridge. Foi professor em diversas universidades da Europa e da América, lecionou até aposentar-se no Birbeck College, da Universidade de Londres. Desde então ensina na New School for Social Reseach, em

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais. [...] Nenhuma história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas fontes. (p.9)

O presente relatório de pesquisa divide-se em três capítulos: no CAPÍTULO 1 - A educação secular e universal como construção burguesa, analisamos o projeto de educação laica e universal realizado pela burguesia, principalmente, através da Revolução Francesa. Nesse momento revolucionário nasce uma possibilidade de escola que visava a autonomia e a emancipação do homem.

No CAPÍTULO 2 - A sociedade liberal: do liberalismo ao neoliberalismo, a discussão central refere-se à origem do pensamento liberal e a sua trajetória até o neoliberalismo, que concebe a sociedade como um conjunto de consumidores, e o mercado como o princípio fundante das relações sociais.

No CAPÍTULO 3 – O discurso neoliberal: a questão da educação, analisamos como, na sociedade liberal contemporânea, a experiência educacional pode ocorrer num processo fragmentário onde o sujeito busca a educação que o “realize” e preencha o seu interesse meramente individualista.

CAPÍTULO 1:

A Educação secular e universal como construção burguesa

“O saber acha-se entrelaçado com a necessidade de transformar o mundo, pois os homens se descobrem como seres históricos, como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, e a realidade sendo histórica, também é igualmente inacabada. (...) Daí que seja a educação, um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens do devir da realidade”.

Paulo Freire

Neste capítulo procuramos desenvolver a questão da educação secular e universal como uma “construção” realizada pela burguesia. E a ênfase para a construção desse “projeto de educação”, é o movimento iluminista. A expressão “Iluminismo” é utilizada, de modo geral, para indicar um movimento de idéias desenvolvido essencialmente no século XVIII. Outros termos¹² têm sido empregados para definir ou caracterizar o Iluminismo, dependendo do ambiente cultural em que o fenômeno venha a ser considerado.

No entanto, parece não haver dúvidas de que no próprio pensamento do século XVIII, exista uma idéia básica capaz de definir o Iluminismo, ou seja, a concepção de que o homem caminhava cada vez mais para “sair de sua menoridade pela qual ele é o responsável” (KANT, 1989, p.76).

O século XVIII é político pedagógico por excelência. As camadas populares reivindicam mais saber e educação pública. Pela primeira vez, um Estado instituiu

¹² O alemão aufklärung (“esclarecimento”), o espanhol ilustracion (“ilustração”) ou o inglês enlightenment assumiram sentidos diferenciados, ainda que convergentes para um denominador comum.

a obrigatoriedade escolar (Prússia, 1717). Nesse capítulo é desenvolvida a idéia de como a escola pública é “filha” da revolução burguesa. Também, é relembra a contribuição de John Locke¹³ na construção de um corpo teórico no qual afirma que a mente humana, ao nascer, é um “papel em branco” a ser preenchido pela experiência, “desmoronando” a concepção vigente das idéias inatas. Para finalizar o capítulo, é ressaltado o esforço feito pela burguesia, no século XVIII, para transferir o controle da educação da Igreja para o Estado.

1.1. O Iluminismo e a Educação

O século XVIII é conhecido como o Século das Luzes, do Iluminismo e da Ilustração. Nesta expressão, Luzes significam o poder da razão humana de

¹³ John Locke (1632-1704) é considerado um dos fundadores do liberalismo político, caracterizou-se como um intelectual da concórdia. (MARTINS FILHO, 1997, p.155)

interpretar e reorganizar o mundo. O otimismo com respeito à razão vinha sendo anunciado desde o Renascimento¹⁴, quando o homem novo procurava valorizar os próprios poderes contra o teocentrismo medieval e o princípio da autoridade. No século XVII, o racionalismo e a revolução científica acentuaram essa tendência de modo que no Século das Luzes o homem já era confiante, artífice do futuro e não mais se contentava em contemplar a harmonia da natureza, mas queria conhecê-la para dominá-la. Assim, uma natureza dessacralizada, ou seja, desvinculada da religião, reapareceu em todos os campos de discussão no século XVIII.

Os pensadores ilustrados, homens como Montesquieu (Charles Louis de Secondat, Barão de Montesquieu, 1689-1755), Voltaire (François-Marie Arouet, 1694-1778), Denis Diderot (1713-1784), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), apesar de divergirem muito entre si, tinham como ponto comum o princípio da razão. Segundo eles, pela razão atinge-se os conhecimentos úteis ao homem e através dela podemos chegar às leis naturais que regem a sociedade. A missão dos governantes consiste em procurar a realização do bem-estar dos povos, pelo respeito às leis e aos direitos naturais de que os homens são portadores. O não cumprimento desses deveres básicos permite aos governados o direito à insurreição.

Uma questão central ao Iluminismo dizia respeito à educação. Ao reforçar a fé na razão, na perfectibilidade do homem e da sociedade, valorizou a questão da educação como um assunto de Estado. Assim, a constituição do novo poder, o

¹⁴ Termo criado e instituído pelo pintor e escultor italiano Giorgio Vasari (1511-1574), tradicionalmente empregado para designar, a partir do século XV, um ressurgimento da literatura e das artes por força da redescoberta de obras e autores da Antigüidade. (AZEVEDO, 1997, p.355)

poder da burguesia, enfatizou a criação de uma instituição até então original, a *escola pública, universal e laica* administrada pelo Estado. No contexto histórico do Iluminismo, não fazia mais sentido atrelar a educação à religião, como nas escolas confessionais, nem aos interesses de uma classe, como queria a aristocracia.

É através do movimento Iluminista que a educação se afirma como um dos centros motores da vida social e das estratégias da sua transformação. São os iluministas que delineiam uma renovação dos fins da educação, bem como dos métodos e depois das instituições, em primeiro lugar da *escola pública*, que deve reorganizar-se sobre bases estatais e segundo finalidades civis, devendo promover programas de estudo radicalmente novos, funcionais para a formação do homem moderno e nutrido de “espírito burguês” (utilitário e científico). O século das Luzes, posicionando a educação como uma tarefa do Estado, garantiu a presença da questão educacional como uma prioridade para a sociedade.

O Iluminismo se constituiu de uma fermentação de idéias que terminou por exercer uma profunda influência na lógica da sociedade, isto é, na forma de pensar e agir da sociedade ocidental. Suas bases fundamentais se ancoraram na herança de René Descartes, o qual coloca a razão como o único guia infalível para se chegar ao conhecimento, e na herança de Isaac Newton¹⁵, que percebeu

¹⁵ Isaac Newton (1642-1727), pai da física clássica, ocupou a cátedra de matemática em Cambridge e foi secretário da Royal Society. Autor do “*Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*”, onde demonstrou matematicamente a hipótese copernicana e estabeleceu a metodologia científica. (ABBAGNANO, 2000, p. 712)

o universo como sendo uma máquina governada por leis físicas que poderiam ser determinadas e estudadas, não se submetendo a interferências de cunho divino.

Ernst Cassirer¹⁶ apresenta esse movimento da seguinte forma:

O século XVIII inteiro compreende a razão não como um sólido corpo de conhecimentos, princípios e verdades, mas como uma espécie de energia, uma força que só é plenamente compreensível em sua ação e em seus efeitos (...). Sua função mais importante consiste em ligar e dissolver. Dissolve tudo o que é meramente factual, todos os dados simples da experiência, tudo aquilo em que se crê pelo simples testemunho da revelação, da tradição e da autoridade; e não descansa antes de ter analisado todas essas coisas em suas partes componentes mais simples e em seus elementos últimos de crença e opinião. Seguindo-se a essa obra de dissolução, começa o trabalho de construção. A razão não pára com as partes dispersas; ela tem que construir com elas uma nova estrutura, um todo verdadeiro. (CASSIRER, 1994 p.122)

O pressuposto básico do Iluminismo afirma que todos os homens são dotados de uma racionalidade, uma capacidade natural de apreender, capaz de permitir que conheçam o real e ajam livre e adequadamente para a realização de seus fins. A filosofia, a ciência e a educação deveriam permitir que essa capacidade racional pudesse ser posta em prática, removendo os obstáculos que impediriam o progresso da humanidade. O Iluminismo possuiria um caráter pedagógico como projeto de formação do indivíduo. A noção de progresso racional da humanidade é assim característica desse tipo de concepção.

¹⁶ Ernst Cassirer (1874-1945) foi livre docente nas universidades de Berlim, Marburg e Hamburgo (onde chegou a reitor). Como era judeu, viu-se obrigado a emigrar da Alemanha em 1933, com a ascensão dos nazistas ao poder. Tornou-se, nos Estados Unidos da América, professor das Universidades de Yale e Columbia. (MARTINS FILHO, 1997, p. 268)

Em contrapartida, devem ser igualmente identificados os elementos que impedem tal progresso, que se opõem à razão. Dentre esses elementos encontra-se a religião, na medida em que subordina o homem a crenças irracionais e a uma autoridade, a Igreja, baseada na submissão e nas superstições. O pensamento Iluminista é, assim, exclusivamente laico e secular e até mesmo, em alguns casos, abertamente anticlerical.

O Iluminismo volta-se contra toda a autoridade que não seja submetida à razão e à experiência, que não possa justificar-se racionalmente, que recorra ao medo, à superstição, à força, à submissão. O pensamento deve ser autônomo, não-tutelado. Só assim o homem poderá atingir o que Immanuel Kant chamava de sua “maioridade”, ou seja, a possibilidade de pensar por si mesmo, de modo independente. Há, nesse sentido, um caráter emancipador no projeto Iluminista.

Uma questão importante que envolve o Iluminismo é a identificação de seus realizadores e a classe ou as classes sociais a que pertenciam, ou melhor, quais as bases sociais em que se apoiavam. A polêmica em torno disso divide autores e opiniões; uns querem defender a exclusividade de sua elaboração como obra de uma elite cultural burguesa, a um tempo produtora e consumidora; para outros, sem perder de vista a raiz burguesa, essa elite colocava-se “não muito longe do trabalhador”.

Toda a Europa foi atravessada por um vento reformador no campo pedagógico, que agitou tanto as teorias como as instituições, mas de formas diferentes nas diversas áreas nacionais. A França foi o epicentro teórico desse vasto e orgânico movimento de idéias; ela não realizou, porém, nenhuma

mudança de relevo nas suas instituições educativas, que permaneceram ligadas aos colégios para a instrução secundária e às universidades, pelo menos, até o início da Revolução Francesa.

A Inglaterra permaneceu, em grande parte, alheia a essa inovação; Prússia e Áustria delinearão-se como eixo central das reformas escolares, em toda ordem e grau, reformas essas capazes de tornar a instituição *escola* mais funcional para o desenvolvimento da sociedade capitalista burguesa.

Os primeiros esforços de se estabelecer o ensino compulsório em grande escala, deveram-se a valores autoritários e a uma concepção sobre as potencialidades da educação. Ou seja, os adeptos da disseminação da educação popular e seus críticos uniam-se ao redor dos mesmos objetivos: exercer controle sobre o povo. Havia duas correntes: enquanto uns acreditavam que o controle social se obtinha pela ignorância, outros viam a expansão da educação apropriada como condição de um controle social mais eficiente. É perceptível que além de uma preocupação com a contribuição da educação para a igualdade social e para a formação do cidadão, também havia uma preocupação com o que a educação proporcionaria em termos de controle social e incremento para a produção econômica, Maria Pallares-Burke¹⁷ comenta que:

Na Prússia, por exemplo, uma lei de 1763 proibia o ensino de latim nas escolas rurais, enfatizando que “não é intenção de Sua Real Majestade que os camponeses aprendam latim, mas somente leitura, escrita, os fundamentos da religião, e lealdade e obediência ao

¹⁷ Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke é professora aposentada da Universidade de São Paulo/USP e pesquisadora associada do Centro de Estudos Latino-americano da Universidade de Cambridge (Reino Unido).

governante”. As reformas dos ginásios austríacos de 1776, evidenciavam cabalmente o empenho de se restringir ao máximo o acesso da plebe aos níveis escolares mais elevados. Instituído um duplo padrão de admissão ao ginásio, a reforma determinava que os filhos de nobres e oficiais do estado seriam admitidos automaticamente, enquanto os aspirantes plebeus deveriam passar por um rigoroso exame de admissão que, ironicamente, mediria seus conhecimentos de latim, matéria abolida da maior parte das escolas elementares. O que justificava tais medidas restritivas era, fundamentalmente, o receio de que a mobilidade social que o avanço educacional propiciava, traria consigo deslealdade, desobediência, crítica e rebeldia por parte de uma grande camada de súditos desses impérios. (PALLARES-BURKE, 2001 p.63)

Para o iluminista, o homem deve ser a preocupação constante. A expressão desse antropocentrismo representa nova tomada de posição da sociedade com relação àqueles que a compõem.

O filósofo John Locke, em sua obra “Ensaio sobre o entendimento humano”, de 1690, desmorona a concepção vigente de idéias inatas, e constrói um corpo teórico no qual afirma que a mente humana, ao nascer, é um “papel em branco” a ser preenchido pela experiência. Partindo desse pressuposto, Locke afirmava a base empírica de todo o nosso conhecimento.

A capacidade nos é inata, mas todo o conhecimento é adquirido. Tal afirmação fez com que a educação fosse vista como o elemento central do desenvolvimento humano. Se René Descartes inaugura a fé no poder da educação através da racionalidade e conseqüente educabilidade de todos os homens, John Locke, com a negação do inatismo, isto é, sem idéias a priori impressas na mente humana, consegue ampliar as possibilidades de conhecimento humano. Apesar das idéias de John Locke fazerem parte da “lógica

iluminista”, os iluministas, em sua maioria, não se constituíam num bloco único e coeso. Em teoria, eles defendiam o ecumenismo racional, mas na prática não se propunham a lutar pelo desenvolvimento de todos os membros do corpo social.

A massa ignorante (*canaille*) era comumente vista com temor ou com indiferença e, aparentemente, não havia tentativas de educá-la para a autonomia, tal como rezava o credo iluminista. Nem mesmo a Revolução Francesa, ao inaugurar uma nova era, foi capaz de resolver a questão da educação de forma definitiva, que através de sua potencialidade racional libertasse os homens de seus preconceitos e da submissão.

O exame das discussões sobre a educação popular no século XIX, em vários países europeus, revela que o direito de todas as classes a uma mesma educação não fazia parte de um consenso e estava longe de ser plenamente assegurado. Na verdade, traumatizado pelo desenrolar da Revolução de 1789, houve um recrudescimento da suspeita das classes superiores em relação à educação do povo.

Uma contradição da época (século XVIII) é o da premiação dada pela Academia de Berlim, em 1778, onde a competição consistia em discutir a questão: “É útil enganar o povo?” Dos trinta e três ensaios, vinte deram resposta negativa, enquanto treze consideraram ser extremamente útil manter o povo na sua feliz ignorância. A Academia premiou um ensaio de cada posição, mostrando a

ambigüidade de um período que orgulhosamente denominava-se Ilustrado, mas que mostrava-se reticente quando era aventada a hipótese de se educar as massas.

Cultivando nos súditos o que se pode chamar de autonomia moral, acreditava-se que as escolas poderiam contribuir para que esses fossem obedientes e deferentes porque assim queriam ser, para que, enfim, a autoridade fosse aceita, não pela força, mas pela convicção íntima de seu valor e legitimidade.

No século XIX, seguindo a tendência do fim do século XVIII, a idéia de exercer o controle social pela via da ignorância se arrefece e as grandes questões passam a ser sobre *quanta educação e que tipo de educação* as classes desfavorecidas devem receber, para que a ordem e a harmonia social sejam mantidas.

Em uma perspectiva histórica, o período da Idade Moderna, de 1453 (queda de Constantinopla) até 1789 (Revolução Francesa), no qual predominou o regime absolutista, viu-se rompido a partir do momento que a burguesia chegou ao poder, como observa Karl Marx¹⁸ e Friedrich Engels¹⁹ em *O Manifesto do Partido Comunista*:

¹⁸ Heinrich Karl Marx (1818-1883), filósofo e economista alemão, doutorou-se em filosofia pela Universidade de Berlim, dedicando-se ao jornalismo na Alemanha, França, Bélgica e Inglaterra. Fundou a I Associação Internacional dos Trabalhadores e redigiu junto com F. Engels, em 1848, O Manifesto do Partido Comunista.

¹⁹ Friedrich Engels (1820-1895), foi colaborador de Karl Marx na elaboração dos princípios do socialismo científico e do materialismo histórico, tendo publicado postumamente suas obras inéditas e difundindo suas idéias. Autor de "A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado" e "Dialética da Natureza".

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de terem um esqueleto que as sustente. Tudo o que era sólido e estável se evapora, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.

(MARX e ENGELS, 1998, p. 25)

A inspiração para a Revolução Francesa, se deu através dos grandes pensadores, intelectuais e burgueses da época. O século XVIII realizou a transição do controle da educação da Igreja para o Estado.

Nessa época desenvolveu-se o esforço da burguesia para estabelecer o controle civil (não religioso) da educação através da instituição do ensino público nacional. Assim, o controle da Igreja sobre a educação e os governos civis foram, aos poucos, decaindo com o crescente poder da sociedade econômica.

As concepções iluministas deram origem nos campos social, econômico e político ao pensamento liberal²⁰, em seus diferentes matizes. No liberalismo encontra-se a noção de que a história humana tende ao progresso, ao aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade, a partir de critérios propostos pela razão.

²⁰ O termo liberal não tem o sentido de “avançado”, “democrático”, “aberto”, como costuma ser usado. A doutrina liberal apareceu como justificção do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais da sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção. (LUCKESI, 1994, p.54)

CAPÍTULO 2:

A sociedade contemporânea: do liberalismo ao neoliberalismo.

Não é mistério para ninguém que esta época tão especial, na qual o capitalismo experimentou uma reestruturação regressiva em escala planetária, esteja dominada por uma ideologia: o neoliberalismo.[...] Assim como no passado até os líderes mais despóticos e autoritários não deixavam de exaltar o valor da democracia, em nosso tempo os governantes parecem competir num concurso para ver quem declara com mais afinco a sua adesão aos princípios do livre-mercado. (SADER e GENTILI,2000, p.8)

Atilio Borón²¹

Neste capítulo procuramos elucidar as características do modelo teórico neoliberal, buscando nos autores liberais dos séculos XVIII e XIX as raízes do liberalismo. Uma vez definida essa “origem” liberal, propusemo-nos a estudar as condições gerais em que o modelo neoliberal logra sua hegemonia, tanto nos países centrais como nos países periféricos.

Finalmente, realizamos a análise do modelo neoliberal salientando a sua influência sobre as políticas educativas e a transformação social promovida por essa hegemonia. Onde, segundo o professor Perry Anderson, da Universidade da Califórnia, dentro desse processo “globalizante”, o movimento neoliberal conseguiu alcançar um êxito político e ideológico com o qual seus fundadores jamais poderiam sonhar, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para seus princípios e que todos, negando ou confessando, devem aceitar esse novo paradigma.

²¹ Professor da Universidade de Buenos Aires e diretor do Instituto de Investigaciones Europeo-Latinoamericanas. Autor dos livros *Memorias del capitalismo salvaje* (Imago Mundi, Buenos Aires) e *Estado, capitalismo e democracia na América Latina* (Paz e Terra, São Paulo), entre outros.

2.1. O Liberalismo e a sua trajetória ao Neoliberalismo

O Liberalismo em sua versão extremada, no plano econômico, sustenta o ponto de vista de que o Estado não deve interferir na iniciativa individual, limitando-se a garantir a segurança e a educação dos cidadãos. A concorrência e as aptidões pessoais se encarregariam de harmonizar, como uma “mão invisível”, a vida em sociedade.

No plano político, a doutrina liberal defende o direito de representação dos indivíduos, sustentando que neles, e não no poder dos reis, encontra-se a soberania. Esta é entendida como o direito de organizar a nação a partir de uma lei básica – a Constituição. O alcance da representação traçou uma linha divisória entre liberalismo e democracia ao longo do século XIX. As correntes democráticas defendiam o sufrágio universal, ou seja, o direito de representação conferido a todos os cidadãos de um país, independentemente de condição social, sexo, cor ou religião.

Os liberais trataram, em regra, de restringir a representação segundo critérios sobretudo econômicos: para eles, só os proprietários com um certo nível de renda, poderiam votar ou ser votados, pois às demais pessoas faltava independência para o exercício desses direitos.

O século XX pode ser apontado como o momento de coroamento e efetivação de uma mentalidade que, a partir do século XVI, foi sendo lentamente gestada no âmbito da sociedade ocidental-cristã e, graças ao fenômeno da globalização econômico-financeira, resultante e promotora de desenvolvimento do

capitalismo e da tecnologia viabilizadora de comunicação instantânea, atinge hoje sua dimensão planetária.

O uso generalizado da palavra neoliberalismo trouxe mais confusão do que esclarecimento ao debate sobre a natureza das políticas econômicas recentes. Quando analisamos as políticas macroeconômicas, o neoliberalismo se revela um paradigma, um conjunto de valores gerais para orientar as políticas econômicas e, não somente, um conjunto articulado de políticas específicas. É um paradigma que estabelece um campo de idéias elástico e amplo o bastante para abrigar políticas específicas muito variadas e mesmo díspares entre si.

O neoliberalismo tem, na sua origem, o liberalismo clássico, onde a pedra fundamental é identificada no pensamento de Adam Smith²², mais especialmente com a publicação de *A Riqueza das nações* (1776). Segundo Smith:

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. (SMITH, 1983, p.47).

Essa doutrina serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França) ao longo dos séculos XVII e XVIII e à luta de independência dos Estados Unidos da América, correspondendo aos

²² Adam Smith (1723-1790), filósofo e economista escocês, é um dos mais eminentes teóricos da economia clássica.

anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência, amparada no absolutismo monárquico.

Segundo a doutrina liberal, a procura do lucro e a motivação do interesse próprio são inclinações fundamentais da natureza do homem. Elas estimulam o empenho e o engenho dos agentes, recompensam a poupança, a abstinência presente e remuneram o investimento. Além disso, premiam a iniciativa criadora, incitando ao trabalho e à inovação. Como resultado, cria-se um sistema ordenador (e coordenador) das ações humanas, identificadas com ofertas e demandas mediadas por um mecanismo de preços.

Esse sistema social revelaria, de modo espontâneo e incontestável, as necessidades de cada um e de todos os indivíduos. O sistema também indicaria a eficácia da empresa e dos empreendedores, sancionando as escolhas individuais, atribuindo-lhes valores negativos ou positivos. As virtudes organizadoras e harmonizadoras do mercado são sintetizadas por Adam Smith:

Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas para a sociedade [...]. Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade. (Ibid., p.104).

Para batizar esse aparente milagre, Adam Smith cunhou uma expressão que ficaria famosa: a “mão invisível”. A “mão invisível” do mercado tornou-se a fórmula preferida dos economistas liberais. O professor e economista Luiz

Gonzaga Belluzzo, em matéria à *Revista Carta Capital* (26.06.02), faz uma reflexão sobre a “racionalidade” tão defendida pelos economistas liberais:

Esses ideólogos pretendem enquadrar a sociedade na camisa-de-força de uma suposta racionalidade econômica. Os mercados e seus agentes, diga-se, não estão certos nem errados. Estão simplesmente obrigados a tomar decisões que, em seu imaginário peculiar, são as apropriadas para proteger ou acrescentar o valor de sua riqueza. Na verdade eles são “pensados” por uma lógica auto-referencial que não controlam. Não raro, o resultado de suas apostas é catastrófico para o conjunto da sociedade. [...] A mão invisível, finalmente, em ação nos trópicos. As palavras de ordem eram: abertura comercial; liberalização das contas de capital; desregulamentação e “descompressão” dos sistemas financeiros domésticos; reforma do Estado incluindo a privatização da seguridade social e o abandono das políticas de fomento à indústria e à agricultura. O apetite voraz dos brasileiros ricos e bonitos por produtos e idéias de origem estrangeira sempre foi notório. Na onda recente de globalização e exaltação do liberalismo econômico, tal voracidade encontrou farto repasto. (p.36)

Retomando a discussão do liberalismo clássico, em 1817, David Ricardo²³ generalizaria o argumento de Adam Smith, estendendo-o para o conjunto da sociedade pensada em termos internacionais. A divisão social do trabalho ganha a forma mais ampla na “Teoria das vantagens comparativas” resultantes de uma especialização “natural” dos países nessa divisão do trabalho:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais

²³ David Ricardo (1772-1823), economista inglês considerado o mais legítimo sucessor de Adam Smith. Suas idéias dominaram a economia clássica por mais de meio século.

eficiente e mais econômico, enquanto pelo aumento geral de volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.

(RICARDO, 1982, p.104)

Mais uma vez afirma-se que o mercado é o melhor caminho para gerar eficiência, justiça e riqueza. Eficiência, porque propicia o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui o trabalho de modo mais econômico. Justiça, porque estimula a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade.

Segundo Noam Chomsky²⁴, David Ricardo teria refletido o resíduo da era pré-capitalista:

Dentro da ideologia capitalista, presume-se que você não deve se preocupar com qualquer coisa, exceto maximizar sua própria riqueza. Assim, no começo do século XIX, Ricardo estava refletindo o resíduo da era pré-capitalista (...) a lógica do empreendimento capitalista é: você não deve ter sentimentos humanos. Você deve apenas tentar maximizar sua própria riqueza e poder. Por outro lado, a idéia de que os empreendedores capitalistas algum dia pensaram que deveriam ser sujeitados à disciplina de mercado é ridícula. Você usa o poder do Estado tanto quanto pode.[...]Tudo isso dissolveu-se sob o impacto de uma espécie de ideologia capitalista hipócrita, que significa capitalismo para você, mas proteção para mim.

(CHOMSKY, 1999, p. 116)

²⁴ Avram Noam Chomsky (1932 -), lingüista estadunidense, é professor no Massachusetts Institute of Technology – MIT, um dos principais centros de pesquisa dos EUA. Escreveu mais de 60 livros, e é considerado um dos mais renomados pensadores contemporâneos.

Depois da reflexão de Chomsky, retomando a argumentação de Ricardo, com relação à riqueza, a lógica se faz da seguinte forma: com o aumento de volume de produtos, difunde-se o benefício. Assim, os resultados da liberdade econômica são a paz e a harmonia internacional.

Contra quem lutam os pais fundadores desse liberalismo? Quais são os obstáculos que impedem a efetivação do “sistema de liberdade natural”, que eles acreditavam ser tão vantajoso para todos, mas tão difícil de realizar-se na história dos países que examinavam? Quem teimava em regulamentar a livre iniciativa de modo tão visivelmente irracional, impedindo a emergência de indivíduos criativos e empreendedores?

Adam Smith descreve esse sistema de restrições e ordenamentos e aponta os responsáveis pela sua manutenção:

É dessa forma que todo o sistema que procura, por meio de estímulos extraordinários, atrair para um tipo específico de atividade uma parcela de capital da sociedade superior àquela que naturalmente para ela seria canalizada, ou então que, recorrendo a restrições extraordinárias, procura desviar forçadamente, de um determinado tipo de atividade, parte do capital que, caso contrário, naturalmente seria para ela canalizada, na realidade age contra o grande objetivo que tenciona alcançar. Ao invés de acelerar, retarda o desenvolvimento da sociedade no sentido da riqueza e da grandeza reais e, ao invés de aumentar, diminui o valor real da produção anual de sua terra e de seu trabalho. (SMITH, 1983, págs. 46-47)

A argumentação de Adam Smith é clara. Para que o mundo seja mais livre, justo e rico, é necessário que a disciplina anônima e invisível da concorrência

substitua a disciplina visível das hierarquias arcaicas. E onde estão essas hierarquias perniciosas?

São as obrigações tradicionais e personalizadas das instituições medievais, os regulamentos das corporações de ofício e as leis do Estado mercantilista²⁵. Adam Smith elogia a virtuosa “mão invisível” do mercado contra a viciosa “mão invisível” do poder político.

A tradição liberal desdobrou-se em dois grandes princípios programáticos: o primeiro seria que a procura do interesse próprio conduz ao ajustamento entre os indivíduos e a uma determinada harmonização dos diferentes esforços e vontades. Delineia-se a convicção na existência de “leis econômicas”: as ações intencionais das pessoas produzem, de modo não intencional, regularidades semelhantes às leis de um sistema físico. O segundo princípio seria que o poder político deve ser cuidadosamente limitado pela lei.

Esses princípios são os fundamentos para os liberais, onde deve-se limitar a intervenção do poder político (as ações do soberano, seja ele o rei ou o parlamento) para permitir que os indivíduos vivam como bem entenderem. Aí figura a defesa das liberdades individuais, a crítica da intervenção estatal, o elogio das virtudes reguladoras do mercado. A defesa da propriedade privada também tem esse sentido, sendo apresentada como uma garantia para a independência do indivíduo perante à tirania dos soberanos políticos.

²⁵ O Estado mercantilista tem como seu ideário a doutrina econômica (mercantilismo) que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI-XVIII), marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais. O mercantilismo defende o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista.

No século XIX, o ideário liberal aproxima-se, cada vez mais, de correntes conservadoras e tenta afirmar e reforçar essas restrições. Por um lado, procura reduzir a presença do soberano político na sociedade, limitando e/ou dirigindo estritamente as intervenções do Estado na economia.

Por outro lado, busca reduzir o círculo dos indivíduos aos quais é permitida a intervenção sobre o Estado – daí a luta dos liberais contra o sufrágio universal e outras manifestações políticas das massas populares. Por isso, desde seu nascimento o liberalismo distanciou-se de lemas como “cada cabeça, um voto” e o conflito entre o liberalismo e democracia tornou-se cada vez mais agudo, embora esse conflito não apareça no discurso e no ideário, pois contrariando suas práticas, a ideologia do liberalismo afirma o espaço da democracia.

No final do século XIX, esse ideário liberal foi aprofundado e radicalizado por Herbert Spencer²⁶ e em seu livro *Indivíduo contra o Estado* defende o sistema da concorrência como uma espécie de “seleção natural” dos mais aptos, um darwinismo social. Spencer ataca duramente a democracia, a intervenção estatal na economia e a criação de políticas sociais. Apoiando-se em Charles Darwin (1809-1882), transplanta para a vida econômico-social a teoria da seleção natural, segundo a qual os menos aptos tenderiam a desaparecer.

A intervenção do Estado no “organismo” social – segundo os seguidores de Spencer – seria contrária à evolução natural. A empresa monopolista – principal

²⁶ Pensador positivista Inglês (1820-1903), desenvolveu a tese que toda a realidade (desde a material até a social e a espiritual) evoluiria à semelhança dos organismos vivos. No plano político social, o sistema spenceriano desdobra-se na tese que são naturalmente superiores os indivíduos que se adaptam ao ambiente e dele sabem tirar proveito. Dentro dessa lógica Spencer foi considerado o pai do “darwinismo social”. (SANDRONI, 1996, p.396)

característica do capitalismo moderno – resultaria do processo de seleção na vida econômica e seria benéfica à medida que afastaria os menos aptos. Algumas idéias de Spencer seriam depois retomadas, quase literalmente, pelos autores neoliberais contemporâneos.

Na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Europa passou a receber recursos dos EUA, através do Plano Marshall²⁷, para a reconstrução de sua economia devastada pelo conflito e, naquele momento, “iniciou-se” o *Estado de bem-estar social (Welfare State)*²⁸.

É importante destacar que a concepção embrionária de *Welfare State* ou *Estado de bem-estar*, remonta à época do chanceler da Prússia Otto Von Bismark, nomeado em 1862, e responsável pela unificação alemã, segundo o estudo realizado por Laura Tavares Soares²⁹

Foi com o surgimento da industrialização e da urbanização que os assalariados surgiram como uma força social, criando-se condições para o nascimento do seguro social como

²⁷ O Plano Marshall foi o instrumento central na estratégia da contenção nos anos iniciais do antagonismo entre as superpotências (EUA e a URSS). Ele visava reconstruir economias de mercado saudáveis (produção capitalista) na Europa Ocidental e criar uma sólida muralha contra os partidos de esquerda (socialistas). Idealizado pelo secretário de estado George Marshall, em junho de 1947, o Plano Marshall constituía-se em uma vasta injeção de dólares estadunidenses para combater o virtual colapso das economias européias do pós-guerra. (SANDRONI, 1996, págs. 254-255)

²⁸ Sistema baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo é proporcionar, ao conjunto dos cidadãos, padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção considerando os custos e as rendas sociais. Não se trata de uma economia estatizada; enquanto as empresas particulares ficam responsáveis pelo incremento e realização da produção, cabe ao Estado a aplicação progressiva de uma política fiscal que possibilite a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego e, acima de tudo, garanta uma política de pleno emprego. O Estado de bem-estar social corresponde, fundamentalmente, às diretrizes estatais aplicadas nos países desenvolvidos por governos social-democratas. (SANDRONI, 1996, págs. 160-161)

²⁹ Laura Tavares Soares, doutora em política social pela UNICAMP, é professora da UFRJ e pesquisadora do Laboratórios de Políticas Públicas LPP/UERJ.

política do Estado dirigida a esses trabalhadores. Foi na Alemanha do final do século XIX, com Bismarck, que surge o primeiro sistema estatal de seguro social. (TAVARES, 2003, p.35)

O principal objetivo do *Estado de bem-estar social* era restabelecer a base produtiva destruída pela guerra e garantir a acumulação do capital, ainda que com diminuição da margem de lucro.

O cientista político José Luís Fiori³⁰, observa que:

Em termos mais gerais, o que faz é confirmar uma velha tese do Marx sobre a tendência à pauperização do capitalismo e o desenvolvimento desigual do capitalismo, que é uma coisa muito negada e muito vituperada no século XX, exatamente durante o período excepcional da época de ouro do pós-Segunda Guerra Mundial. [...] Há uma tendência central de longo prazo, pelo menos desde o início do século XIX, quando se teve as duas grandes profecias sobre o capitalismo: ou que ele era convergente ou que ele não era convergente do ponto de vista da distribuição da riqueza, da renda entre as nações, as classes. O que esse longo período aparentemente demonstra é que, efetivamente, o sistema entregue a si mesmo, ou seja, às leis do mercado, é pauperizante e concentrador. E é concentrador também não apenas do ponto de vista de classes, mas também de territórios, de regiões. Ele é perifizador. O desenvolvimento, sim, acontece aceleradamente, porém em certos lugares onde se dão, em determinados períodos, vertiginosas concentrações de riqueza. Primeiro, no lugar clássico, que foi o norte da Europa. Depois, os Estados Unidos e um pedaço da Ásia. Então o capitalismo, digamos, a primeira questão fundamental que isso revela, desvela e confirma é o que Marx tinha razão: o capitalismo é pauperizador nesse sentido. Ele aumenta as distâncias mesmo que seja em patamares mais elevados, como nos EUA. E concentra riqueza cada vez mais, mesmo que você também esteja subindo.

³⁰ José Luís Fiori é cientista político, professor titular do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e consultor do IESP/FUNDAP. A matéria foi publicada na Revista Carta Capital de 08.10.2003, p. 32.

Nesse modelo, a relação capital-trabalho é mediada pelo Estado, controlando e minimizando os conflitos de classe; esse Estado cede às pressões dos trabalhadores por melhores condições de vida, por motivos estratégicos, haja vista o contexto ideológico da Guerra Fria³¹. O caráter redistributivo de capital dessas políticas públicas tornou-se antagônico aos interesses capitalistas de acumulação. Segundo Perry Anderson:

[...] fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século XIX. O neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é "*O caminho da Servidão*", de F. A. Hayek³², escrito em 1944. Trata-se de um ataque à qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado denunciados como uma ameaça letal à liberdade econômica e política. (ANDERSON apud SADER e GENTILI, 1995, p.9)

No seio dessa nova concepção política, econômica e social, novos poderes econômicos surgiram no cenário internacional, representando os interesses dos grandes bancos, os quais acumularam grande liquidez com os petrodólares³³.

³¹ Expressão empregada para caracterizar estado de constante hostilidade nas relações internacionais entre países sem assumir a forma de conflito aberto ou luta propriamente dita. A designação assumiu particular relevo a partir de 1948, por força do agravamento do antagonismo político entre os Estados Unidos e a União Soviética. A Guerra Fria começou a definir-se após a II Guerra Mundial quando, aos poucos, se formou um clima de tensão inspirado fundamentalmente nas posições ideológicas de cada uma dessas potências. (AZEVEDO, 1997, p. 208)

³² Friedrich August von Hayek (1899-1992), economista austríaco naturalizado inglês, foi representante da corrente neoliberal contrária a qualquer intervenção do Estado na economia. Ganador do Prêmio Nobel de Economia de 1974.

³³ Petrodólares é nome dado às divisas (geralmente em dólares dos Estados Unidos) provenientes da exportação de petróleo. O termo difundiu-se em 1973, quando a OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo, entidade sob controle árabe, elevou de 3 para 12 dólares o preço do barril do petróleo, ocasionando um enorme afluxo de divisas para os Estados exportadores. Mas vários milhões desses petrodólares não encontraram aplicação dentro das limitadas estruturas econômicas de alguns países

José Luís Fiori, em entrevista dada em 19.09.2001, à *Revista Carta Capital*, afirma que:

[...] o casamento do poder político com o capital privado foi um fator decisivo na origem da Modernidade e do sistema capitalista. E que foi essa união que transformou a Europa no centro dominante do mundo, e no lugar onde a riqueza mundial começa a concentrar-se de forma geométrica, a partir do século XVI. Desse casamento nasceram, quase simultaneamente, os Estados territoriais, as economias e identidades “nacionais” e os primeiros impérios mercantis ou coloniais. Um fato que contradiz o senso comum de que os Estados Nacionais teriam sido sempre um freio, ainda que impotente, ao movimento de globalização do capital. A lição da história aponta numa direção oposta: se é verdade que o capital sempre teve uma propensão incontida à globalidade, os Estados nacionais já nasceram tentando expandir seu poder na direção da “extraterritorialidade”, competindo entre si e tentando construir impérios cada vez mais globais. (p.27-28)

A partir de então, o capitalismo financeiro passou a ditar as regras de distribuição e aplicação do capital. Dentro desse movimento econômico-financeiro, as idéias neoliberais ganharam força e começaram a ser implantadas em países como a Inglaterra de Margaret Thatcher³⁴ (1979) e os Estados Unidos da América de Ronald Reagan³⁵ (1980), entre outros. Iniciou-se a substituição do Estado

membros da OPEP e retornaram ao Ocidente, injetados nos bancos e grandes financeiras com sede nos países mais industrializados. Foi a origem da grande liquidez do mercado financeiro internacional, que durou até o fim dos anos setenta. (SANDRONI, 1996, p. 318)

³⁴ O governo de Margaret Thatcher (eleita em 05.05.1979) foi mais do que um governo, na realidade foram três governos sucessivos que deram início à “Era Thatcher”, de 1979 até a sua renúncia em 1990, em meio ao descontentamento popular devido a sua política fiscal. Em onze anos de mandato, desfez o que os trabalhistas haviam implantado: afastou o Estado da economia, privatizou centenas de empresas, como a British Airways e a British Steel, reduziu o poder dos sindicatos e diminuiu consideravelmente o alcance dos programas de bem-estar social (Welfare State), até então, um dos programas mais avançados do mundo. Ao renunciar, Thatcher foi sucedida por John Major que governou até 1995, quando o Partido Trabalhista, de Tony Blair, chegou ao poder. (BRÍCIO e AGUIAR, 1999, p. 490)

³⁵ Ronald Reagan foi um político persistente. Em 1976 tentou uma indicação do Partido republicano, mas o escolhido foi Gerald Ford, que acabaria perdendo as eleições para Jimmy Carter. Em 1980, conquistou os eleitores com uma plataforma conservadora, de exaltação dos valores tradicionais dos Estados Unidos, e em 04.11.1980 tornou-se o 40º presidente dos EUA. Nos oito anos que ocupou a presidência (reeleito em 1984),

intervencionista pelo “Estado mínimo” e a difusão de que a única opção para a sociedade seria a submissão à lógica do mercado.

Com relação a essa lógica, “economia de mercado”, é importante destacar que, se os Estados Nacionais (esfera pública) estão sendo influenciados direta ou indiretamente por 200 empresas transnacionais³⁶ (esfera privada), “no início dos anos 90, havia cerca de 37 mil corporações transnacionais com 170 mil filiais que se destacavam na economia internacional; sendo que só 200 delas, aproximadamente, reuniam a maior parte do comércio mundial”. (BRÍCIO E AGUIAR, 1999, p.66)

Ao contrário do que pensam alguns, a multinacional não é uma “distorção” do sistema capitalista mas uma consequência lógica de suas principais e históricas características: acumulação e apropriação (e, portanto, expansão). Para implementá-las, a livre concorrência foi importante em certo estágio, mas atualmente não passa de um conceito ultrapassado em função da própria necessidade de expansão do capitalismo. Dado o desenvolvimento impressionante das forças produtivas e da concentração do capital para atender

tomou várias medidas que promoveram a recuperação econômica do país – o que lhe trouxe enorme popularidade, apesar da contrapartida do aumento da dívida pública. Em seu governo, os EUA realizaram a maior escalada armamentista de sua história em tempos de paz. Reagan formou, com a primeira ministra britânica Margaret Thatcher, um sólido bloco conservador no mundo ocidental. (BRÍCIO e AGUIAR, 1999, p. 264)

³⁶ Estou utilizando o conceito de empresa transnacional empregado por Reinaldo Gonçalves: “A empresa transnacional pode ser definida como a empresa de grande porte, que possui ativos em pelo menos dois países e tem um certo dinamismo tecnológico.” (GONÇALVES, 1994, p. 41). Considerando que em nosso planeta temos aproximadamente 200 países, aproveito para destacar a concentração da riqueza mundial por um grupo muito pequeno “... os três países economicamente mais poderosos respondem por 30% do comércio mundial; outros sete importantes países desenvolvidos representam outros 30%; 20 países em desenvolvimento, com níveis mais avançados de industrialização e acumulação de capital, respondem por 20%; e, finalmente, o “resto do mundo” (correspondendo a mais de uma centena de países) é responsável por 20% do comércio mundial” (Ibid., p.80).

às exigências expansionistas do sistema, o monopolismo se tornou uma condição lógica e obrigatória. Resumindo, ao romper com o dogma de livre-concorrência, a transnacional não está violentando nenhuma característica essencial do capitalismo mas tão somente ajustando-se ao grau de progresso que o sistema, como um todo, conseguiu atingir.

Pela sua própria natureza, as transnacionais tendem a ver o mercado como algo que ultrapassa o Estado-nação, constituindo um subsistema movido por uma estratégia transnacional, formulando políticas globais e atuando em função de macrodecisões. Seus negócios são extremamente diversificados e sua administração compreende uma complexa rede de estratos intermediários que mediatizam a outrora direta relação capital-trabalho e dificultam a percepção da luta de classes, dada a multiplicidade de técnicos, gerentes e acionistas. De fato, ninguém é a empresa, todos cumprem ordens. O patrão é uma entidade distante, abstrata, impessoal, incompreensível e invisível. As transnacionais utilizam a “racionalidade” e a “eficácia” unificando interesses divergentes numa lógica forjada e artificial. As noções de lucro e apropriação ficam diluídas num contexto em que tudo parece se resumir em trabalho necessário e justa remuneração.

Sendo assim, podemos levantar a seguinte questão: Qual o espaço de manobra que resta aos Estados Nacionais (esfera pública) nesta lógica de “economia de mercado” (esfera privada) desregulada e sem controle público?

Para ajudar a responder essa questão, Emir Sader³⁷ observa que:

³⁷ Emir Sader é doutor em Filosofia Política pela Universidade de São Paulo, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Laboratório de Políticas Públicas-LPP/UERJ.

O mega-especulador George Soros, o atual grande herói do capital até que um novo escândalo o conduza a uma prisão qualquer, afirma que “os mercados votam, votam todos os dias, e que isso é bom”. O que significa um esvaziamento dos direitos de cidadania, a favor do consumidor, do especulador. Só que os cidadãos dispõem, cada um, de um título de eleitor, enquanto que, no mercado, nas bolsas, contam os recursos que cada um tem, o que diferencia radicalmente os indivíduos. (SADER, 1996, p. 16)

Para respondermos à questão sobre as possibilidades da esfera pública na economia de mercado, basta lembrarmos que na América Latina, os países periféricos (com a conivência das elites locais) sujeitaram-se às imposições do mercado financeiro internacional, o qual exigiu, através de um ajuste econômico dos países devedores, o pagamento de suas dívidas externas, independentemente de suas condições para tal. Sem instituições sociais fortes como a dos países centrais, os Estados latino-americanos iniciaram uma trajetória de sacrifícios sociais que comprometeu seriamente, entre outras ações do Estado, a Educação.

As elites nacionais desses países se associaram ao capital externo e justificaram sua adesão como imprescindível ao movimento de inserção no mundo globalizado. Entretanto, conforme os estudos sobre globalização econômica de Hans-Peter Martin e Harald Schumann, essa aposta na inserção a um suposto mundo globalizado, não foi efetivamente a melhor opção:

O modelo de civilização imaginado há tempos na Europa provou ser dinâmico e eficaz, sem concorrentes. Mas não é adequado para estruturar o futuro. A “considerável melhoria

do padrão de vida” para todos nos “países subdesenvolvidos”, pelo “aumento da produção industrial”, como o presidente americano Harry Truman³⁸ declarou em 1949 aos pobres do mundo, não acontecerá. Justamente agora que a população mundial, interligada pelo mundo das imagens de Bogotá até Moscou, procuram alcançar um desenvolvimento segundo o padrão ocidental, os vencedores dessas belas promessas estão rompendo o acordo. Já em seus próprios países, nos EUA e na Europa, não conseguem cumprir a previsão nem controlar a crescente cisão social. [...] Salve-se quem puder, parece ser a nova diretriz. Mas quem poderá salvar-se ?

[...] Chegamos à encruzilhada de dimensões globais, que se caracteriza, para a maioria da humanidade, por um cotidiano não de ascensão e bem-estar, mas de decadência, destruição ecológica e degeneração cultural. Os dados são conhecidos, mas, graças às forças liberadas pela globalização, eles se apresentam sob outro aspecto: o um quinto mais rico de todos os países decidirá sobre 84,7% do produto mundial, seus habitantes movimentarão 84,2% do comércio internacional e serão proprietários de 85,5% de todas as poupanças internas. Desde 1960, a distância entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre da população mais que duplicou – e também por esses índices pode ser medida a falência da esperança de uma ajuda ao desenvolvimento via globalização.

(MARTIN e SCHUMANN, 1998, PÁGS. 46-47)

O neoliberalismo encontrou terreno fértil para uma pregação anti-social no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos da sociedade, para o qual o arremedo de Social-Democracia ou Estado de bem-estar social tinha falhado completamente, segundo Reinaldo Gonçalves³⁹:

³⁸ Acredito ser importante apresentar esse destaque: Harry Truman foi o presidente dos EUA que ordenou , nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, o primeiro bombardeio atômico da história, que arrasou as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Nesse mesmo ano, em Yalta e Potsdam, a Inglaterra, os EUA e a URSS acordaram as bases da paz e a divisão das zonas de influência. Truman presidiu a inauguração das Nações Unidas em 1946 e foi reeleito em 1948.

³⁹ Reinaldo Gonçalves é Professor Titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Foi membro de representações das Nações Unidas em diversas organizações. Autor de mais de uma centena de trabalhos que foram publicados em 13 países.

As classes dirigentes começam, então, a perceber os efeitos da “dualidade tola” do “abrir ou fechar a economia brasileira”. Para que isso ocorresse, e na ausência de uma visão estratégica, foi necessário o país passar pela “tragédia Collor”.

(GONÇALVES,1994, p.127)

A eleição de Fernando Collor de Melo,⁴⁰ em 1989, assegurou o incremento das políticas neoliberais, utilizando o sentimento popular contrário a um Estado ineficiente, para responsabilizá-lo pela má distribuição de renda e pela depredação dos sistemas de saúde e educação:

A relação orgânica entre Estado e empresas privadas (nacionais e estrangeiras) no Brasil faz com que o ideário liberal seja, em certa medida, um corpo estranho na prática política do setor privado brasileiro. [...] Dentre os fatos concretos que impulsionaram a crítica à presença governamental na economia brasileira, cabe destacar o fenômeno da “farinha pouca, meu pirão primeiro”, que surge quando o problema do déficit público torna-se crítico. Consequentemente, há uma disputa cada vez maior pelos recursos (cada vez menores) alocados pelo Estado. O aprofundamento da crise acelera, então, o processo de crítica ao Estado porque interessa aos diferentes segmentos, em particular, os grandes grupos privados, manter seu acesso aos recursos do Estado. A cada segmento interessa unicamente diminuir aquela parte do Estado que não é fonte de recursos para si. Há uma disputa crescentemente acirrada por “espaços” dentro do Estado por parte, principalmente, dos segmentos mais hegemônicos do setor privado. A crítica dos atores privados ao

⁴⁰ Fernando Afonso Collor de Melo, nascido em 1949, assumiu a presidência do Brasil em 15.03.1990 permanecendo até 02.10.1992, quando foi afastado devido ao processo de “impeachment” aberto pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e aprovado pela Câmara dos Deputados em 29.09.1992. Afastado do cargo presidencial, Fernando Collor foi substituído interinamente pelo vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco. Nesse pequeno período de governo, Fernando Collor anunciou o plano econômico de combate à inflação que confiscou provisoriamente contas de poupança, contas correntes e aplicações financeiras. O programa de governo estabeleceu também a extinção de órgãos públicos, a demissão e a disponibilidade de funcionários públicos federais, além de promover a privatização de inúmeras empresas públicas. O “projeto de modernização” estruturado pelo seu governo: diminuição de gastos públicos, economia de mercado sem a interferência do Estado e a implementação do “Estado Mínimo” se ajustaram à “Nova Ordem Mundial Neoliberal” que se impôs com o término da Guerra Fria. (ARQUIVO NACIONAL, p. 181)

Estado Brasileiro ao longo dos últimos anos é, em grande medida, um exercício de disputa e de reconfiguração da situação de privatização do próprio Estado brasileiro. (Ibid., págs. 124-125)

Em texto intitulado “Público versus mercantil”, na *Folha de São Paulo* (19/06/03), Emir Sader expunha o que ele chama de “Uma das operações teóricas e políticas mais bem-sucedidas do neoliberalismo, isto é, a instauração do debate em torno da oposição entre estatal e privado”. O debate posto nesse eixo impõe – segundo ele – “um campo duplamente favorável ao liberalismo, porque, por um lado, permite uma mais fácil desqualificação do estatal e, por outro, desloca um dos termos essenciais do debate: o *público*”. Contra o *estatal* são lançadas as pechas de ineficiente, cobrador de impostos e mau prestador de serviços à população, além de burocrático, corrupto e opressor. Em favor do *privado* idealizam-se virtudes como as de espaço de liberdade individual, de criação, de imaginação e de dinamismo. Esquece-se de que:

O Estado brasileiro tem sido facilmente desqualificável, porque se tornou um Estado privatizado. Um Estado que arrecada do mundo do trabalho e transfere recursos para o setor financeiro gastando mais com o pagamento dos juros da dívida que com educação e saúde. Um estado que paga taxas de juros estratosféricas ao capital financeiro, mas remunera pessimamente seus professores e seus trabalhadores do setor de saúde pública, aqueles mesmos que prestam serviços à massa da população. (...) Por oposição, o *privado* surge como pólo privilegiado. (p.14)

Portanto, entendemos que na questão *estatal*, o que temos é um “campo de disputas”, dominado hoje por interesses privados. Assim, o privado refere-se aos interesses mercantis que não constituíram processos de desestatização em

favor dos indivíduos, mas, pelo contrário, de favorecimento das grandes corporações privadas. O que se percebe no “reino das privatizações” é a negação da cidadania e do indivíduo como sujeito de direitos.

2.2 A operacionalização do projeto neoliberal

No modo de produção capitalista, a partir dos anos oitenta do século XX, o capital se dinamiza e passa a ocupar outras esferas sociais, que antes eram ocupadas pela lógica pública. A internacionalização do capital produtivo foi se intensificando ao final do século XX e teve a necessidade de criar um “ser social” para esse novo paradigma de acumulação.

A criação desse “ser social” para esse novo paradigma de acumulação da produção necessita, para a sua operacionalização, da mercantilização das relações sociais através das finanças (capital financeiro) e suas estruturas projetadas (FMI, BIRD e OMC)⁴¹, no plano político através da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴² e no plano militar através da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)⁴³. Enfim, essa nova estruturação é realizada de forma

⁴¹ O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização financeira internacional criada em 1944, na Conferência Internacional de Bretton Woods (em New Hampshire, EUA). O FMI foi criado com a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista, coordenar as paridades monetárias e levantar fundos entre os diversos países membros para auxiliar os que encontrarem dificuldades nos pagamentos internacionais. (SANDRONI, 1996, p.177)

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) também conhecido como Banco Mundial, foi criado em 1944 (Conferência de Bretton Woods) e tem como objetivo fornecer empréstimos diretos a longo prazo (15 a 25 anos) aos governos e empresas (com garantias oficiais), para projetos de desenvolvimento e de assistência técnica. (SANDRONI, 1996, p. 49)

A Organização Mundial do Comércio (OMC) com sede em Genebra, na Suíça, visa promover e regular o comércio entre as nações. Foi criada em 1995, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). (SANDRONI, 1996, p. 303)

⁴² A Organização das Nações Unidas é o organismo internacional que surgiu no final da II Guerra Mundial em substituição à Liga das Nações. Tem como objetivos manter a paz, defender os direitos humanos e as liberdades fundamentais e promover o desenvolvimento dos países em escala mundial. Sua primeira carta é assinada em junho de 1945, por 50 países, em São Francisco, nos EUA. (BRÍCIO e AGUIAR, 1999, p.78)

⁴³ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é a aliança militar formada pelos países ocidentais em 1949, durante a Guerra Fria (conflito econômico, político e ideológico entre os EUA e a URSS), com o objetivo de conter a expansão militar e ideológica das nações do bloco socialista. A partir dos anos 60

diferenciada no mundo como um todo, em função da construção de um “*ser social*” fragmentado e despolitizado. Para a consolidação desse novo modelo as instituições sociais foram transformadas em organizações sociais, como por exemplo as Organizações não-governamentais (ONGs). Essa transformação enfraqueceu as instituições públicas e vulnerabilizou a sociedade como um todo.

Dentro desse ideário, tudo indica que o *Consenso de Washington*⁴⁴ seja uma estratégia de homogeneização das economias periféricas com intuito de transformar as estruturas sociais. A materialização do *Consenso de Washington*, de modo geral, ocorreu através dos técnicos das agências multilaterais (FMI, BIRD e OMC) e de economistas universitários estadunidenses com orientação da “*Escola de Chicago*”⁴⁵. Nos países com “corpos burocráticos” mais estruturados, essa influência se realizou através da orientação dos economistas com grande

intensificou-se a predominância dos EUA na organização. A França, descontente, retirou-se do comando militar em 1966, mas permaneceu como país membro. Em consequência, a sede transferiu-se de Paris para Bruxelas. (BRÍCIO e AGUIAR, 1999, p. 81)

⁴⁴ O termo “Washington Consensus” foi utilizado pela primeira vez pelo economista John Williamson, pesquisador do Institute for International Economics, um dos mais célebres “think tanks” (centro de geração de idéias) dos EUA. Essa expressão foi usada para referir-se a um conjunto de diretrizes políticas e econômicas defendidas pelos burocratas dos EUA e das organizações multilaterais (FMI e BIRD) sediadas em Washington. Sua utilização foi sendo ampliada, principalmente na década de noventa, nos países latino-americanos, e seu ideário consistia na disciplina fiscal, redefinição das prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização do setor financeiro, manutenção das taxas de câmbio, liberalização comercial, atração das aplicações de capital estrangeiro, privatização das empresas públicas e desregulamentação da economia, entre outras. Esse rigoroso “programa de ajuste econômico” foi assumido pelas elites locais como a única receita válida para superar o déficit público e estabilizar as convulsões econômicas e sociais da região. Esse núcleo de doutrinas que pretendia dar uma sustentação e legitimação discursiva, funda-se num aparente acordo global que foi penetrando, capilarmente, no senso comum das administrações governamentais latino-americanas. (FIORI, 2001, p. 87)

⁴⁵ Escola de pensamento econômico monetarista, reunida em torno de Milton Friedman (1912 -) e outros professores da Universidade de Chicago dos Estados Unidos da América, e que sustenta a possibilidade de manter-se a estabilidade de uma economia capitalista apenas por meio de medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado. Milton Friedman atuou como conselheiro econômico do governo chileno do general Pinochet, tornando conhecida do grande público a Escola de Chicago como inspiradora das recentes políticas econômicas recessivas, praticadas por governos autoritários sul-americanos. (SANDRONI, 1996, p. 151)

capacidade política e cultural, que colocaram na agenda desses países, através de suas elites locais, esse ideário.

O conjunto de orientações sistematizado por John Williamson era uma abordagem ampla para a mudança estrutural na economia, mas pouco tinha a dizer sobre a estabilização, questão macroeconômica candente na época e que ficou a cargo da abordagem tradicional do FMI ou da criatividade das autoridades econômicas de cada país. Anos depois, ao analisar os fracos resultados das políticas neoliberais, o economista estadunidense Joseph Stiglitz (1998, p.3-40)) afirmou que o sucesso do Consenso de Washington se deveu à sua simplicidade, a seu caráter quase intuitivo, e que nos seus diagnósticos e formulações faltam elementos cruciais, como as fontes de dinamismo para o crescimento, as ligações entre as políticas de curto e de médio prazo, a seqüência ideal das políticas, os riscos de trajetórias explosivas, as relações entre poupança e investimento.

A percepção correta deste caráter vago e genérico do neoliberalismo e do Consenso de Washington não deve obscurecer, contudo, sua enorme influência sobre as formulações das políticas econômicas mundiais. Sua capacidade de se impor apoiou-se fortemente nesse caráter impreciso, combinado com idéias-força muito nítidas, cuja aplicação dependia de flexibilidade e capacidade de adaptação aos problemas complexos e peculiares de cada economia em particular.

Ao contrário das políticas específicas, essas idéias-força são rígidas e conformam um paradigma poderoso, capaz de se sobrepor às políticas e orientar seu sentido geral. Uma das armadilhas desse “paradigma poderoso” é a

“construção” de uma hegemonia conservadora e o seu suposto discurso sobre o “desaparecimento” do Estado-nação.

Essa “hegemonia conservadora” é relatada em entrevista dada em 30.10.02 por Perry Anderson à *Revista Carta Capital*:

Além da transfiguração do centro-esquerda na zona do Atlântico Norte, a hegemonia neoliberal se espalhou no mesmo período para os cantos mais longínquos do planeta. Admiradores fervorosos de Hayek ou Friedman podem ser encontrados nos ministérios das Finanças desde La Paz até Pequim, de Moscou até Pretória e de Helsinque até Kingston. [...] É perfeitamente verdadeiro, é claro, que as idéias neoliberais não podem ser atribuídas a poderes mágicos de índole política. Como todas as outras grandes ideologias, essa também requer um jogo de práticas materiais – instrumentais e rituais – para a sua sustentação social. Essa base prática da hegemonia neoliberal pode ser encontrada atualmente na primazia do consumo – de bens e serviços – na vida diária das sociedades capitalistas contemporâneas, alcançando novos níveis de intensidade nos últimos 20 anos; e no crescimento da especulação como peça central da atividade econômica nos mercados financeiros internacionais, penetrando nos poros do tecido social... [...] Quanto mais intransigente e radical o pacote de idéias, mais forte o seu efeito quando soltado em condições turbulentas. Hoje estamos numa situação em que uma ideologia domina grande parte do mundo. A resistência está longe de ser morta, mas ainda não tem uma articulação sistemática. (p. 72-73)

A resistência atual contra o processo hegemônico neoliberal, apesar de não ser tão sistemática, existe em vários cantos do planeta. Na Europa, em maio de 2003, milhares de trabalhadores foram para as ruas em defesa dos serviços públicos, conforme matéria do jornal *Brasil de Fato* (22.05.03):

Greves gerais, paralisações e manifestações têm sido a rotina de pelo menos quatro países europeus – a Alemanha, a Áustria, a Itália e a França – desde o início do mês (maio

de 2003). Os protestos são organizados e realizados por todas as categorias de funcionários públicos, que não aceitam as propostas dos governos de privatizar o sistema de aposentadoria, educação e saúde. (p.10)

Esse seria apenas um dos muitos acontecimentos de resistência a essa onda hegemônica neoliberal. As lutas sociais antiglobalização e antimundialização ampliam-se, desde Seattle até o recente Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2003). Esses movimentos mostram o aumento do descontentamento contra a “mercadorização” do mundo.

CAPÍTULO 3:

O discurso contemporâneo: a questão da educação

“A *ideologia* é um processo que o pretense pensador realiza sem dúvida conscientemente, mas com uma consciência falsa. As forças motoras verdadeiras que o põem em movimento permanecem-lhe desconhecidas, caso contrário não seria, de maneira nenhuma, um processo ideológico”.⁴⁶

Friedrich Engels

Neste capítulo analisamos a questão do discurso neoliberal, o qual elabora “teorias, ideologias e doutrinas” que lhe permite “legitimar” e “naturalizar” a posição de privilégio de alguns grupos sociais. A opção para essa análise foi a perspectiva marxista e o conceito de ideologia elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels. Elucidamos que no discurso neoliberal, o mercado é o eixo das relações sociais e, portanto, o motor de organização social. Ressaltamos que a mercantilização dos indivíduos, coloca o homem como uma mercadoria que possui os atributos e possibilidades de quaisquer bens produzidos na sociedade. Esse discurso neoliberal centrado no mercado afeta diretamente a educação pois essa lógica mercantil sendo deslocada para os espaços educacionais, constrói uma ideologia na qual os indivíduos passam a “aderir” a esse paradigma, “mercantilização da vida”, como sendo o único possível para as relações humanas.

⁴⁶ Carta a Mehring, 14 de julho de 1893, in K. Marx, F. Engels, *Études Philosophiques*, p. 165, Éditions Sociales.

A ideologia é um conceito complexo e repleto de significados, nos quais se acumulam contradições, equívocos, mal-entendidos etc. A palavra ideologia foi criada por Destutt de Tracy⁴⁷ (1754-1836) no final do século XVIII, no interior de um movimento intelectual⁴⁸ surgido na França e com pretensões científicas, em oposição à Filosofia. Os ideólogos desejavam fundar uma ciência que pudesse abarcar, de forma mais global, os meios de conhecer e, a ideologia, seria esse estudo científico das idéias.

Em 1812, Destutt de Tracy e seu grupo, discípulos do enciclopedismo francês⁴⁹, entraram em conflito com Napoleão Bonaparte (1769-1821) que, atacando-os em um discurso, chamou-os de ideólogos. No entanto, para Napoleão essa palavra tinha um sentido diferente: os ideólogos eram metafísicos, que faziam abstração da realidade, que viviam em um mundo especulativo.

Como vimos, o conceito de ideologia não surge com Karl Marx, mas ele fez o seu resgate e o desenvolveu de forma muito própria. Na primeira metade do século XIX, Marx encontrou o termo *ideologia* em jornais, revistas e debates,

⁴⁷ Destutt de Tracy (1754-1836), filósofo francês e discípulo dos enciclopedistas, publicou em 1801 o livro "Eléments d'Idéologie". A ideologia, segundo Destutt de Tracy, é o estudo científico das idéias e elas são o resultado da interação entre o organismo vivo e o meio ambiente. Esse seu trabalho refere-se ao estudo do relacionamento dos organismos vivos com o meio ambiente, onde trata da questão dos sentidos, da percepção sensorial, através da qual se chegaria às idéias.

⁴⁸ Os grandes nomes desse movimento foram, além de Destutt de Tracy, Georges Cabanis (1757-1808) e Constantin-François Volney (1757-1820), que passaram à história das idéias sob o título de ideólogos.

⁴⁹ O enciclopedismo francês se inspirava predominantemente no empirismo, não insistiu no caráter total e definitivo do sistema de ciências, mas entendeu a Enciclopédia sobretudo como a tentativa de abranger, numa síntese rápida e completa os resultados do saber positivo. E foi essa justamente a principal função da Enciclopédia, à qual se deveu a enorme difusão, no século XVIII, por toda a Europa, dos resultados das ciências e da crítica racionalista da tradição". (ABBAGNANO, 2000, p.331)

utilizado com o significado atribuído por Napoleão, isto é, os ideólogos seriam aqueles metafísicos especuladores que ignoravam a realidade.

Marx vai empregar o termo *ideologia*, acrescentado-lhe uma relação com a concretude material, a partir de 1846, em seu livro chamado *A ideologia alemã*:

[...] em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura; tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX e ENGELS, 1998, p.27)

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas [...] as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante são as idéias de sua dominação. (Ibid., p. 72)

O conceito de ideologia desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels passou a ter, fundamentalmente, um sentido específico que o refere à dimensão social, objeto da filosofia e das ciências sociais.

A ideologia, no conceito marxista, é, portanto, uma forma de dominação, a partir de uma falsa consciência, onde se coisificam certas representações da classe dominante como sendo a verdadeira realidade. Esse processo legitima

as condições existentes numa determinada sociedade, em um período histórico determinado. Produz-se com isso uma forma de alienação da consciência humana de sua situação real de existência.

Para o marxismo, a ideologia é produto de uma estrutura social profundamente desigual, e, por isto, não-transparente, já que essa desigualdade não pode explicitar-se no nível da consciência.

Os conceitos elaborados por Karl Marx são importantes para podermos entender a realidade social. Leandro Konder⁵⁰ comenta que:

Marx desenvolveu uma concepção original do homem, caracterizando-o como sujeito da práxis, isto é, como sujeito de uma atividade teleológica, condicionada, pela qual ele transforma o mundo e se transforma a si mesmo. Desenvolveu também uma concepção original da História, caracterizando-a como um movimento em que os homens enfrentam os desafios legados pelas gerações anteriores, se empenham em desenvolver as forças produtivas e, divididos em classes sociais antagônicas, são pressionados no sentido de modificar as relações de produção. Marx criou conceitos de enorme importância, tais como ideologia, mais-valia, alienação, luta de classes, fetichismo da mercadoria etc. Sua importância como filósofo e cientista social é inegável. (KONDER apud PINSKY e BASSANEZI, 2003, p.179)

Com efeito, nos textos de Karl Marx e Friedrich Engels, a palavra ideologia não designa somente um conjunto de representações mas traduz, antes de tudo, uma ilusão e uma mistificação: a ilusão da verdade e a mistificação produzida

⁵⁰ Leandro Konder, formado em Direito e filósofo autodidata, é professor do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

pelas idéias da classe dominante. Nesse sentido, em meados do século XIX, a noção de ideologia passou a ser fundamental no marxismo, sendo um dos seus maiores instrumentos na luta contra a chamada cultura “burguesa”.

Karl Marx afirmara que as crenças religiosas, filosóficas, políticas e morais dependiam das relações de produção, na forma como essas se constituem em cada fase da história econômica. Essa era a tese que posteriormente foi denominada Materialismo Histórico⁵¹.

Karl Marx e Friedrich Engels sustentavam, nessa formulação teórico-política, que o proletariado, fazendo a revolução necessária à superação do capitalismo, não só asseguraria as condições para o pleno exercício da sua cidadania como tornaria viável a extensão da cidadania efetiva a todos os seres humanos.

Para Karl Marx, no livro *O Capital - volume III*:

A relação direta existente entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos é a que nos revela o segredo mais recôndito, a base oculta de toda construção social e também, por conseguinte, forma política de relação de soberania e dependência, em uma palavra, cada forma específica de Estado.

Conforme a concepção marxista da história, de que o ser social determina a consciência social, a atividade material, produtiva e a forma como os homens se

⁵¹ Teoria desenvolvida por K. Marx e F. Engels, segundo a qual o homem teria surgido dos mamíferos superiores e se distinguiria dos animais pelo trabalho. O homem seria apenas o conjunto das relações sócioeconômicas. Com o trabalho teria começado a história. Assim, seria a infraestrutura econômica que determinaria a superestrutura (religião, moral, direito, arte etc.). Não seria a consciência do homem que determinaria seu ser, mas o seu ser social que determinaria sua consciência. (MARTINS FILHO, 1997, p.224).

relacionam com a natureza por meio do trabalho é o alicerce de toda a organização social. O sistema econômico, segundo essa perspectiva, é a base sobre a qual se ergue todo o edifício da sociedade; as relações de produção (formas de propriedade dos meios de produção, classes sociais e as relações entre elas) constituem o fundamento das instituições jurídicas e políticas (Estado) e das ideologias ou formas de consciência social (costumes, arte, religião etc.)

Segundo Karl Marx, cada modo de produção gera uma superestrutura que lhe é correspondente e que não é mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes. Assim, nessa concepção, o modo pelo qual “ganhamos” a vida explica muito sobre a maneira de como agimos, como pensamos, a forma como somos governados e as paixões que revelamos.

Karl Marx, em “*Teses sobre Feuerbach*”⁵², observa que:

A doutrina materialista sobre a mudança das contingências e da educação se esquece de que tais contingências são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Deve por isso separar a sociedade em duas partes uma das quais é colocada acima da outra. A coincidência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como *práxis* revolucionária.

Para compreendermos o conceito de ideologia, precisamos entender que a história é *práxis* e, no grego, *práxis* significa um modo de agir no qual o agente,

⁵² As “*Teses sobre Feuerbach*” , que são apenas onze, foram escritas em 1845 e, curiosamente, não destinada à publicação. Eram notas que Marx fazia em um caderno e que só foram encontradas muito mais tarde por Engels, entre os papéis que ele deixou depois de sua morte. Engels resolveu publicá-las e escreveu

sua ação e o produto de sua ação estão intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los. Segundo a terminologia marxista, *práxis* designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações. Karl Marx dizia:

(...) que é preciso explicar a formação das idéias a partir de *práxis material*, e que, por conseguinte, formas e produtos da consciência só podem ser eliminados por meio da inversão prática das relações sociais existentes, e não por meio da crítica intelectual. (ABBAGNANO, 2000, p.786)

Nessa perspectiva, a história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, trabalho, relações políticas, instituições religiosas, escolas, arte, entre outras).

Além de procurar fixar o seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram compreender e explicar sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real

uma introdução dizendo: "Estas notas sobre Feuerbach representam o germe genial de uma nova concepção de mundo".

como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.

Nesse processo de exploração econômica, o darwinismo social é utilizado como “ideologia” para justificar a “naturalização” da sobrevivência do “mais apto”, como menciona Christophe Dejours⁵³:

[...] se utilizam no mundo do trabalho, métodos cruéis contra nossas concidadãos, a fim de excluir os que não estão aptos a combater nessa guerra (os velhos que perderam a agilidade, os jovens mal preparados, os vacilantes...): estes são demitidos da empresa, ao passo que dos outros, dos que estão aptos para o combate, exigem-se desempenhos sempre superiores em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e de abnegação. Somente sobreviveremos, dizem-nos, se nos superarmos e nos tornarmos ainda mais eficazes que nossas concorrentes. Essa guerra travada implica, no entanto, sacrifícios individuais consentidos pelas pessoas e sacrifícios coletivos decididos em altas instâncias, **em nome da razão econômica**.(grifo nosso) Na verdade, essa guerra econômica causa estragos, inclusive entre os mais ardentes defensores de um liberalismo sem freio. (DEJOURS,1999, págs.13-14)

É importante pontuar que o *trabalho*, seu sentido de produção de bens materiais, seu sentido de produção de bens simbólicos ou seu sentido de criador de valores de uso, é condição constitutiva da vida dos seres humanos na sua relação com o outro. Mediante isso, o trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, às suas múltiplas necessidades. E

⁵³ Professor do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios e diretor do Laboratório de Psicologia do Trabalho da França.

nesse sentido, o trabalho é criador e de vital importância para a reprodução da vida.

O animal nasce programado por sua natureza e por isso não projeta ou modifica suas condições de vida, adaptando-se e respondendo instintivamente ao meio; os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência.

Mas por que meio se constitui a sociedade humana? Karl Marx responde: basicamente, não por meio da consciência comum, mas por meio do trabalho comum. Pois o homem é originalmente um ser econômico. As relações econômicas e, particularmente, as forças produtivas a elas subjacentes são a base (ou a “infra-estrutura”) de sua existência. Apenas na medida em que essas relações econômicas se modificam, também se desenvolvem os modos da consciência, que representam a “superestrutura ideológica”. Desta superestrutura fazem parte o Estado, as leis, as idéias, a moral, a arte, a religião etc.

Karl Marx, primeiramente, destaca a importância do trabalho quando concebido como criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades e, como decorrência dessa compreensão, princípio educativo:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1982, p.50)

Entretanto, empreende uma crítica de seu tempo, observando que em seus dias a verdadeira essência do homem, sua liberdade e independência, “a atividade livre consciente”, não se pode fazer valer, pois o trabalho numa sociedade de classes aprisiona o homem. E nessa prisão o homem perde suas autênticas possibilidades de existência. Esse é o sentido daquilo que Marx chama de “alienação”⁵⁴. Ela significa uma permanente depreciação do mundo do homem.

A alienação do homem tem sua raiz em uma alienação do trabalhador do produto de seu trabalho; este não pertence àquele para seu usufruto, mas ao empregador. O produto do trabalho torna-se uma “mercadoria”, isto é, uma coisa estranha ou alheia ao trabalhador, que o coloca em posição de dependência porque ele precisa comprá-la para poder subsistir.

O objeto que o trabalho produz, seu produto, apresenta-se a ele como uma essência estranha, como um poder independente do produtor. Da mesma forma também o trabalho torna-se “trabalho alienado”: não uma exteriorização do ímpeto do trabalhador, mas o meio a ele imposto de sua autoconservação; o trabalho transforma-se em “trabalho forçado”. Esse desenvolvimento atinge sua

⁵⁴ Alienar é uma palavra que vem do latim e significa transferir a outrem o seu direito de propriedade. Karl Marx desenvolve o conceito de alienação para descrever a situação do operário no modo de produção capitalista: “Segundo Marx, a alienação é o processo pelo qual o homem se torna alheio a si, a ponto de não se reconhecer. [...] A alienação é o dano ou a condenação maior da sociedade capitalista. A propriedade privada produz a alienação do operário tanto porque cinde a relação deste com o produto do seu trabalho (que pertence ao capitalista), quanto porque o trabalho permanece exterior ao operário, não pertence à sua personalidade, logo, no seu trabalho, ele não se afirma, mas se nega, não se sente satisfeito, mas infeliz.[...] Na sociedade capitalista, o trabalho não é voluntário, mas obrigatório, pois não é uma satisfação de uma necessidade, mas só um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho exterior, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação”. (ABBAGNANO, 2000, p.26)

culminância no capitalismo, no qual o capital assume a função de um poder separado dos homens.

A alienação do produto do trabalho conduz também a uma “*alienação do homem do homem* “. Isso não vale apenas para a luta entre capitalistas e trabalhador. As relações interpessoais, em geral, passam a ser mediadas pelas mercadorias e pelo dinheiro. Enfim, os próprios trabalhadores assumem caráter de mercadoria; sua força de trabalho é comercializada no mercado de trabalho, no qual se encontra à mercê do arbítrio dos compradores. Seu “mundo interior” torna-se cada vez mais pobre; sua destinação humana e sua dignidade perdem-se cada vez mais. Isso é para Karl Marx o auge da alienação.

Esta prática que aliena o homem – o trabalho - é apenas uma das dimensões do ser humano. A ideologia neoliberal desloca o sujeito numa direção única, onde se realiza uma associação direta entre a educação e o trabalho, sendo que as outras dimensões possíveis do sujeito passam a não ter relevância, fazendo-o gravitar somente em torno desse eixo.

Paul Lafargue,⁵⁵ em 1883, já nos alertava sobre a “*santificação*” do trabalho:

Uma estranha loucura está a apossar-se das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta atrás de si misérias individuais e sociais que, há dois séculos, atormentam a triste humanidade. Esta loucura consiste no amor ao trabalho, na paixão moribunda pelo trabalho, levada ao depauperamento das forças vitais do indivíduo e da sua prole. [...] Na sociedade capitalista, o trabalho está na origem de toda a

⁵⁵ Paul Lafargue nasceu em Cuba, em 1842, de mãe francesa. A citação é do seu livro “ O direito à preguiça” escrito em 1883, que obteve uma rápida popularidade e foi traduzido para quase todas as línguas européias.

degenerescência intelectual e de toda a deformação orgânica. (LAFARGUE, [19--], p.15-16).

Paul Lafargue, em seus escritos, já indicava os caminhos tortuosos ao qual a classe burguesa se lançava. Atualmente, a crise no modo de produção capitalista, principalmente na questão do *trabalho*, “arrasta atrás de si misérias individuais e sociais” (Ibid. p.15). Essa miséria se expressa quando se desemprega e precariza uma enorme parcela da força humana mundial que trabalha.

Quase 1/3 da força de trabalho mundial está realizando trabalhos precários, parciais e/ou temporários. Isso porque o capitalismo global necessita, cada vez menos, do trabalho estável e, cada vez mais, do trabalho *part-time*, terceirizado, precarizado, em plena expansão em todo o mundo produtivo industrial e de serviços.

O modo de produção capitalista, através de seu discurso neoliberal, por um lado, entende a educação como uma mercadoria e necessita, através dela, qualificar o indivíduo para o mercado de trabalho e, por outro lado, está ocorrendo um crescimento vertiginoso de populações, cada vez mais à margem social, isto é, indivíduos sendo “expulsos” do mercado de trabalho em função da “engenharia capitalista de acumulação”.

Segundo estudos de Hans-Peter Martin e Harald Schumann⁵⁶:

Em fins de 1995, numa reunião a portas fechadas, 500 representantes da elite mundial debateram as perspectivas do mundo para o século 21. A avaliação foi devastadora: bastará 20% da força de trabalho para fazer girar a roda da economia. Os restantes 80% deverão contentar-se com pouco mais do que pão e circo. Desde já, nações tidas como prósperas aproximam-se dessa visão dantesca, com seus milhões de desempregados e excluídos. (MARTIN e SCHUMANN, 1998, p. 10-11).

Assim, o discurso proferido pela burguesia capitalista industrial/financeira, sobre a privatização da educação para melhorar a *empregabilidade*⁵⁷ do trabalhador e, conseqüentemente, a diminuição do índice de desemprego, parece não se confirmar na estrutura social vigente. Na engrenagem capitalista o que se processa é a máxima acumulação com o menor custo. Sendo assim, se nesta lógica mercantil o trabalho é entendido como um custo, ele deverá ser reduzido a patamares cada vez menores, independente da “qualificação” do trabalhador.

⁵⁶ Hans-Peter Martin é jornalista com Doutorado em Direito e nasceu em 1957 em Bregenz/Alemanha. Desde 1986 é correspondente internacional do semanário alemão Der Spiegel. Foi correspondente no Brasil e em outros países da América do Sul. Foi um dos três únicos jornalistas admitidos como observadores no encontro de lideranças mundiais em São Francisco, em 1995. Harald Schumann é jornalista e nasceu em 1957 em Kassel/Alemanha. Trabalha desde 1986 no semanário alemão Der Spiegel.

⁵⁷ A noção de empregabilidade parte do princípio de que os trabalhadores desempregados encontram-se nessa situação porque não se adaptam às novas exigências de qualificação requeridas pelo novo paradigma produtivo. Dentro dessa noção, responsabiliza-se individualmente o trabalhador pelo seu desemprego. Entretanto, o que podemos verificar é que no interior desse novo paradigma produtivo, o alto índice de desemprego (estrutural) passa a ser concebido como um mecanismo “natural e necessário” de qualquer economia de mercado eficiente.

3.1 A educação no projeto neoliberal: a mercantilização da vida ?

A divisão moderna entre Estado, sociedade civil e esfera privada dissolveu-se na tendência pós-moderna de indiferenciação generalizada do espaço social (...) que comporta basicamente mecanismos estruturais de exclusão. O conceito de espaço público, essencial à teoria democrática, converteu-se em mero campo publicitário e midiático. Michel Freitag

O projeto ideológico neoliberal para a educação tem como objetivo a produção de um “*sujeito performático*”, descontextualizado e despolitizado, onde a educação deixa de ser definida como um espaço público de discussão, como uma instituição pertencente à esfera política, e passa a ser redefinida como um bem de consumo, no qual o sujeito da educação figura como um consumidor individual.

Jean François Lyotard, trata a questão “*O ensino e sua legitimação pelo desempenho*”⁵⁸, analisando a formação do ensino superior:

No contexto da deslegitimação, as universidades e as instituições de ensino superior são de agora em diante solicitadas a formar competências, e não mais ideais: tantos médicos, tantos professores de tal ou qual disciplina, tantos engenheiros, administradores etc. A transmissão dos saberes não aparece mais como destinada a formar uma elite capaz de guiar a nação em sua emancipação. Ela fornece ao sistema jogadores capazes de assegurar convenientemente seu papel junto aos postos pragmáticos de que necessitam as instituições. (1998, p.89)

⁵⁸ “A Condição Pós-Moderna”, Cap. 12, págs. 88-98.

Nesse processo, tendem a ser suprimidas práticas como liberdade e igualdade, em favor de outras práticas como mercado, consumo e qualidade total. Tal supressão acarreta o aparecimento de uma nova “realidade”, através de uma linguagem definida sob um pensamento único que nos aprisiona na idéia de que essa é a única realidade possível e da qual não poderemos escapar.

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, apontava a tentativa do discurso neoliberal em “naturalizar” a realidade social:

A ideologia fatalista, imobilizante que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. (FREIRE, 1996, p.21-22)

Essa construção de uma “única realidade possível” desconsidera que a educação é um processo dialeticamente construído. O ato educacional não é uma interação passiva. Se a educação, tradicionalmente, é definida como um processo inter-relacional, é difícil aceitar que a relação seja passiva, estática ou mesmo limitada internamente ao sujeito.

A ótica neoliberal através da construção dos discursos de “única realidade”, “sacralização do Deus-Mercado”, “naturalização da lógica econômica”, entre outros, tenta encaminhar os indivíduos para uma rendição a esses “pressupostos óbvios”, conforme menciona Christophe Dejours:

Enfim, a opção das pessoas de bem por colaborar parece-lhes legitimada pela compreensão que têm da “lógica econômica”. Em último caso, não seria uma opção, na medida em que a injustiça da qual elas se tornaram instrumento é inevitável. Estaria ligada à natureza das coisas, à evolução histórica, à “globalização” da economia, de que tanto se fala. Toda decisão individual de resistir e toda recusa a submeter-se seriam inúteis e mesmo absurdas. A máquina neoliberal está em movimento, e não há como pará-la. Ninguém pode fazer nada. A opção não mais seria entre submissão ou a recusa, no plano individual ou coletivo, mas entre a sobrevivência ou o desastre. A derrota do socialismo real mostra que somente a economia liberal tem credibilidade. O socialismo é que se baseia na mentira econômica, enquanto o neoliberalismo se baseia no realismo da racionalidade instrumental e respeita as leis que implicam, na administração e na gestão dos negócios da sociedade, a derradeira referência à verdade científica. Essa “verdade”, que coloca definitivamente a lógica econômica no princípio de tudo quanto se diz respeito às questões humanas, sugere hoje que a salvação, ou a sobrevivência, está no entusiasmo com que cada um presta a sua contribuição para a luta concorrencial. A opção não seria entre obediência ou desobediência, mas entre realismo ou ilusão. [...] Opor-se à centralidade da economia seria como, na época de Galileu, adotar a posição da Igreja, opondo-se ao heliocentrismo em substituição à centralidade cósmica da Terra. Opor-se à ordem econômica seria não apenas uma tolice, mas também sinal de obscurantismo. (DEJOURS, 1999, p. 94)

A ideologia neoliberal, através da mercantilização, desloca a educação da esfera pública para a esfera privada, transformando-a em um produto a ser obtido. Nesse processo mercantil, as práticas pedagógicas que constroem e medeiam a relação do sujeito são afetadas e o entendimento é de que o ideal da Educação, como possibilitadora da autonomia humana, fica comprometido. É

possível que o ideário mercantil neoliberal se coloque cada vez mais distante do projeto de um sujeito livre pois, a educação somente voltada para as “competências”, leva esse sujeito a não se perceber como parte de um todo social e sua vida individualista passa a girar em torno do “educar para o trabalho”, perdendo-se nessa dimensão. A sociedade é um processo muito mais amplo e complexo que não pode se limitar a uma só dimensão, por mais importante que ela seja.

Para ilustrar a questão – o ensino global – destacamos uma reportagem de 30.03.03 publicada na Folha de São Paulo intitulada “Estados Unidos, Japão, Austrália e Nova Zelândia pedem mudanças e leis flexíveis para terem acesso a mercados – OMC discute novas regras para educação”:

Quatro propostas sobre regras de educação prometem esquentar ainda mais as discussões na OMC (Organização Mundial de Comércio). Os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia querem quebrar as normas existentes hoje. A idéia é que os serviços de ensino sejam comercializados livremente, facilitando operações como a atuação de grupos educacionais estrangeiros e a aprovação de cursos à distância, o que pode alterar as leis nacionais. A mudança atingiria diversos níveis, desde o treinamento profissional até cursos de graduação e pós-graduação. Os quatro países têm interesse no assunto porque exportam tecnologia de educação. As propostas já foram entregues aos 140 países-membros da OMC, mas ainda não há prazo para a decisão. [...] A OMC, por exemplo, pode concluir que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que rege as instituições de ensino brasileiras, dificulta a instalação de empresas estrangeiras no país. Nesse caso, o Congresso seria pressionado a mudar a legislação. [...] Os donos mundiais do negócio da educação precisam de mercados novos para expansão, o que torna os países em desenvolvimento um atrativo. Daí o interesse da OMC em flexibilizar o acesso de grupos estrangeiros. [...] Conhecimento agora é negócio, e o momento é da universidade. As empresas precisam de novos mercados, que são encontrados em latino-americanos ansiosos por uma formação rápida. É o processo de formação das universidade globais.

[...] A indústria do conhecimento, a educação transformada em negócio, é uma tendência mundial. Isso pode ser bom ou ruim. A educação é um produto como outro qualquer. Cabe ao usuário avaliar o que está comprando.” (p.C1)

O Ministro da Infância da Bélgica, Jean-Marc Nollet, demonstrou preocupação com relação à pressão dos Estados Unidos da América para a liberalização dos sistemas de educação nos países que pertencem a OMC, conforme matéria da *Revista Fórum* (nr. 9 de 2003, p.26):

[...] Os países que fazem parte da OMC têm que entregar propostas à entidade para liberalizar seus sistemas de ensino. A educação passaria a ser tratada como qualquer outro serviço, com maior liberdade para atuação de empresas transnacionais e menos controle por parte dos governos locais. O alerta foi dado pelo ministro da infância da Bélgica, Jean-Marc Nollet, lembrando que seu país e outros europeus resistem e não devem entregar as propostas, apesar da pressão dos Estados Unidos. O Brasil não definiu o que fará. Para Nollet, em lugar de abrir seus sistemas de ensino, os governos devem encontrar formas de fazer com que haja uma gestão democrática e que a escola pública seja universalizada. **“Com a comercialização da educação não se formam cidadãos, mas consumidores”**, alerta.(grifo nosso)

Dentro dessa lógica, a educação torna-se mercadoria e produz um conhecimento profissionalizado. Essa “educação”, entendida como mercadoria, como produto de mercado, forja um determinado “ser social” e a sociedade passa a se compreender através desse novo modo de ver o mundo. Nesse contexto, surge uma nova classe de “pensadores” que passam a defender este discurso neoconservador, o discurso da mercantilização de todos os espaços sociais, inclusive, os espaços educativos, em especial, as instituições escolares.

Esse processo mercantil é contrário ao processo de democratização da sociedade, como aponta Gilberto Dupas⁵⁹:

O exercício da democracia é a luta permanente dos sujeitos contra a lógica dominante dos sistemas. No entanto, o espaço da liberdade está se reduzindo progressivamente a um ato de consumo. A internacionalização das mídias e o progressivo rompimento do delicado equilíbrio de fronteiras entre Estado, sociedade civil e indivíduo fazem a prática dessa liberdade dissociar-se cada vez mais da idéia de compromisso com sua sociedade e seu meio cultural. A democracia passa, assim, a ser ameaçada em duas frentes principais: o individualismo extremo, que abandona a vida social aos aparelhos de gestão e aos mecanismos de mercado; e a desagregação das sociedades política e civil. (DUPAS, 2003, p. 11)

A compreensão que o indivíduo passa a ter da sociedade é filtrada através dos óculos da “educação mercantil”. Essa compreensão impede que o indivíduo perceba a relação indivíduo-sociedade como uma relação política, e a sua interação ocorre no âmbito profissional, isto é, um indivíduo possessivo, onde qualquer característica individual é uma propriedade objetiva, e não subjetiva, que foi adquirida e seu uso é feito competitivamente sem a preocupação com os outros indivíduos que compõem a sociedade.

Dentro dessa visão, uma das características, dentre outras, seria o entendimento da educação como mais um dos produtos do processo econômico, onde ela se transformaria em um objeto comercial que poderia ser comprado

⁵⁹ Gilberto Dupas é cientista político, presidente do Instituto de Estudos Econômicos Internacionais, membro do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas.

como qualquer outra mercadoria, e acessível a quem esteja disposto ou em condições de pagar.

Nesse contexto “privatizante e individualista”, outra questão de extrema importância é o abandono do Estado em relação à educação e a transferência de recursos públicos para a esfera privada, como menciona Gaudêncio Frigotto⁶⁰ (2000:186):

Os efeitos do abandono do Estado no campo da saúde e educação básica nos oferecem um quadro perverso. Trata-se de uma violência, incomensuravelmente maior que a dos arrastões. Há, pois, que se ampliar o papel do Estado nestas áreas. As políticas em curso de delegar a empresas privadas, bancos etc., a tarefa de salvar a escola básica e as propostas de escolas cooperativas a cargo dos bairros, centros habitacionais ou de empresas (fundações) prestadoras de serviços educacionais que trafegam recursos públicos são subterfúgios e, portanto, estratégias anti-democráticas. Bancos, emissoras de rádio e TV e empresas devem pagar os impostos que lhes cabem. Ao Estado, cabe gerir democraticamente os recursos. **O volume fantástico de recursos públicos repassados a empresas como a TV Globo, acrescidos das isenções, em nome de programas educativos que são passados em horários pouco comerciáveis, são uma prática perversa de dilapidar o fundo público sem avaliação e controle pela sociedade organizada.** (grifo nosso)

⁶⁰ Gaudêncio Frigotto é Doutor em Educação e professor titular da disciplina Economia Política da Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF/RJ, ministrando, também, as disciplinas de Epistemologia da Educação e Teoria da Educação no Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação.

Em entrevista (03.07.03) ao jornal *Brasil de Fato*, o professor Francisco de Oliveira⁶¹ reforça a questão do deslocamento da política da esfera pública para a esfera privada:

Paul Baran, um grande economista estadunidense, disse uma frase lapidar: “Não é o planejamento que planeja o capitalismo, é o capitalismo que planeja o planejamento”. [...] Cada setor atua por seus interesses, as grandes corporações interferem para fazer a política que é transferida para um local fora do acesso da cidadania. A política passa a ser feita pelas grandes corporações, e como o cidadão não vota nessas empresas, a política escapa do âmbito da cidadania.

[...] O voto serve apenas para você se divertir, é como ir a um parque de diversões. A política foi privatizada e as consequências disso são gravíssimas: a principal é a política fora do alcance dos cidadãos. Ela está na esfera privada, uma ação entre alguns agentes. Com isso desaparece a democracia, a república . . . (p.7)

Entendendo ser importante citar dois exemplos ilustrativos publicados na imprensa, relacionados à questão apontada no parágrafo anterior sobre “público versus privado” e, também, a como a “educação mercantil”, cada vez mais, ocupa o imaginário e os espaços escolares/sociais.

No primeiro caso, o jornal *O Globo* (31.08.03) publicou uma reportagem com o título “Capitalismo para crianças”, na qual relatava o seguinte:

Fernando, de 8 anos, desde os 3 anos adora rabiscar e pintar. Na semana passada, ele mostrou aos seus pais, o designer Celso e sua mulher Sandra, alguns dos desenhos que fez. E perguntou à mãe qual era o mais bonito. Ela apontou um colorido em tons de verdes,

⁶¹ Economista e sociólogo, foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituição que estuda as relações políticas na América Latina. Autor de diversos livros, tais como: *Crítica da razão dualista*, *A economia da dependência imperfeita* e *A falsificação da ira*.

preto e vermelho. Quando os pais esperavam que o filho oferecesse o desenho, ele disse que os trabalhos estavam à venda: “ O preto-e-branco custa R\$ 1 e o colorido US\$ 6. Isso mesmo, dólares!

- Meu queixo caiu. Fiquei chocado e me recusei a pagar US\$ 6. Perguntei ao meu filho por que ele estava vendendo os desenhos. Ele me respondeu que eu também vendia os meus. Fiquei sem resposta – conta Celso.

A preocupação com dinheiro, lucro e competitividade chegou à primeira infância, nas salas de aula do ensino fundamental. As escolas do Rio e de São Paulo estão ensinando às crianças como sobreviver no mundo capitalista. (Caderno-Família, p.1)

O que podemos perceber é que o excesso de pragmatismo que vem ocorrendo em várias escolas, especialmente nas regiões mais ricas do país, vem castrando a possibilidade de invenção, reflexão e crítica da criança. Infelizmente, a tecnologia e o pragmatismo formam o grande espetáculo que é o momento em que a mercadoria ocupa totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela, o mundo que se vê é o seu mundo.

O segundo caso é relatado, em 13 de agosto de 2003, na matéria da *Revista Carta Capital* :

A entrada é pela avenida Cebolinha, nas imediações da Praça Maurício de Souza. É lá que M., L. e J., com idades entre 4 e 5 anos, abastecem seus carros, com a gasolina garantida do posto BR. Alguns metros adiante, uma turminha com 8 anos, em média, costuma fazer fila no guichê do Banco Real, preencher cheques e sacar dinheiro para usufruir as ofertas do hipermercado Bom Marché ou para embelezar cabelos e mãos no Coiffeur Edson Freitas, localizado no Shopping da

Travessa Chico Bento. O trânsito de vez em quando engarrafa, mas a presença de um guarda fardado inibe qualquer avanço de sinal. (p.10)

Se as instituições educacionais passam a ser empresas prestadoras de serviços e conhecimento profissionalizado é possível que “legitimem” esse modelo “educação/mercadoria”, assentado na adaptação e no individualismo.

O homem formado no bojo de interesses, compromissos e práticas na sociedade neoliberal, abandonou o desejo e o ideal do bem universal que sustentava a escola e suas práticas pedagógicas. Ele assumiu a condição de um homem individual, fragmentado, desencarnado, enfim, não se assumiu como um cidadão, mas como um “legítimo” consumidor, conforme indicado por Pablo Gentili⁶² (1998:20):

A reforma administrativa proposta pelo neoliberalismo orienta-se a despublicizar a educação, a transferi-la para a esfera da competição privada. Reduzida à sua condição de mercadoria, a educação só deve ser protegida não por supostos direitos “sociais”, mas pelos direitos que asseguram o uso e a disposição da propriedade privada por parte de seus legítimos proprietários. **É nesse marco que se reconceitua a noção de cidadania, mediante uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário que elege, opta, compete para ter acesso a (comprar) um conjunto de propriedades-mercadorias de diferentes tipos, sendo a educação uma delas.** O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, responsável, dinâmico: o consumidor. (grifo nosso)

As mudanças nas estruturas sociais podem transformar as instituições e dentro delas as práticas sociais de seus sujeitos, e assim, podem forjar gerações

⁶² Pablo Gentili é Doutor em Educação e professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ (mestrado e doutorado). Tem publicado numerosos livros e artigos sobre as reformas neoliberais no campo das políticas sociais.

dentro de pressupostos mercantis, onde a própria formação educacional deixa de ser um direito e se transforma em um “serviço” que passa a ser adquirido de modo objetivo através dos “pacotes de competências”, e esse indivíduo que possui a posse dessas competências percebe essa “realidade social mercantil” como uma realidade “natural”. Sendo assim, a participação política e democrática do indivíduo na sociedade perde o sentido, pois a realidade é um dado cristalizado e, dentro desse “ideário conservador”, não cabe a ele uma atitude de transformação através de uma participação coletiva.

Hilton Japiassu⁶³ nos alerta sobre esse ideário conservador e conformista nas supostas sociedades “democráticas” :

Estamos assistindo (nas sociedades “democráticas”) à instalação de uma insidiosa e intimidante violência fazendo imperar o mais generalizado conformismo. Os projetos de autonomia individual sofrem uma eclipse quase total. Em grande parte, causado pelo peso crescente da privatização, da despolitização e do “individualismo”.

[...] Cada vez mais a liberdade funciona como simples complemento instrumental do dispositivo maximizador dos “gozos” individuais, o único valor exaltado sendo o dinheiro conferindo poder ou notoriedade mediática. E a qualidade intelectual dos porta-vozes do liberalismo econômico deixa muito a desejar. A sociedade contemporânea adquiriu uma tremenda capacidade de abafar toda a verdadeira divergência, seja silenciando-a, seja convertendo-a num fenômeno comercializado como os outros. (JAPIASSU, 2001, p. 14).

⁶³ Professor Doutor em Filosofia do IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de diversas obras dentre as quais: O mito da neutralidade científica (Imago) e Para ler Bachelard (Francisco Alves).

A burguesia (Revolução Francesa-1789), que era uma classe revolucionária, considerava que um dos pilares de seu processo emancipador era a luta por uma educação pública, laica e universal. Quando efetivamente se instala e se consolida no poder, transforma esse ideário revolucionário em “algo conservador”.

CONCLUSÃO

Esta dissertação pretendeu sistematizar alguns elementos para um entendimento da educação na sociedade liberal contemporânea. Essa sociedade pode ser pensada e entendida a partir de diferentes perspectivas. Um delas é considerar alguns elementos que fazem parte de sua gênese, o pensamento liberal. Esse pensamento nasce revolucionando a vida dos homens, pois além de colocá-los no centro do universo, retoma o modelo de vida política instituindo a idéia de Estado moderno. A outra perspectiva é o contexto filosófico de Modernidade identificado, nessa pesquisa, pela lógica da racionalidade. É nesse solo teórico que colocamos a questão do significado da educação neoliberal.

No capítulo 1 – A educação secular e universal como construção burguesa – buscamos resgatar o projeto de educação secular e universal como uma construção realizada pela burguesia, principalmente, através da Revolução Francesa, pois a escola, como a conhecemos, surgiu no momento em que a sociedade se libertava de suas amarras, superstições e medos. Isto significa que a criação dessa escola ocorreu em um momento revolucionário, de libertação social. Em sua origem, essa escola laica e universal nasceu como uma instituição capaz de contribuir para o projeto de libertação, autonomia e emancipação do homem. Seu discurso era libertador e emancipador.

Pelo que vimos, o processo educacional contemporâneo é o resultado e a expressão da importância que a burguesia, como classe ascendente, emprestou à educação.

No capítulo 2 – A sociedade liberal: do liberalismo ao neoliberalismo – a discussão central refere-se à questão do pensamento liberal contemporâneo que concebe a sociedade como um conjunto de consumidores e, sendo assim, o princípio da igualdade se realiza na esfera do mercado com o direito universal ao consumo de mercadorias e à venda da força de trabalho. Em sua contraposição, o pensamento progressista entende a sociedade como um conjunto de cidadãos, onde o princípio da igualdade se realiza na esfera da política, por meio de lutas sociais que geram direitos. A igualdade política e jurídica dos cidadãos seria o pilar da república democrática, pois ela assegura que novos direitos adquiram caráter universal.

No capítulo 3 - O discurso neoliberal: a questão da educação - a reflexão é realizada em função do processo de mercantilização no qual o sujeito busca solitariamente a educação que o “realize”, que preencha o seu interesse. Em decorrência disso, a experiência educacional ocorre num processo fragmentário, limitando a experiência coletiva e tornando não apenas a comunicação com os outros dispensável, como também ocasionando uma perda de critérios de avaliação coletivos. A valorização dos espaços educacionais tornou-se imprescindível para a própria sobrevivência da nossa espécie, o que nos remete a questões mais fundamentais. No mundo contemporâneo, esses espaços são um dos últimos que restam e que podem ser essencialmente comunicativos.

Com base no que apresentamos, o neoliberalismo se “mostra” como um paradigma, supostamente capaz de sobrepor-se às políticas mundiais. Sendo assim, dentro dessa lógica, podemos sintetizar esse paradigma em cinco blocos:

O primeiro, seria a prioridade absoluta para os direitos do capital via ampliação dos direitos dos credores: "respeito aos contratos", "regras claras", "transparência" e o ajuste fiscal para garantir o pagamento pontual das obrigações do Estado com a dívida pública; o segundo bloco consistiria na mistificação das relações econômicas e responsabilização do indivíduo frente ao capital e nos direitos dos trabalhadores tratados como privilégios, frutos de populismo e causa de ineficiências; o terceiro bloco seria composto pela despolitização da política econômica através da independência e autonomia das instâncias públicas decisivas, em especial o Banco Central, de modo a deixá-las fora do alcance da sociedade e dos poderes eleitos pelo voto. No quarto bloco, a responsabilização dos países dependentes pelos efeitos da desordem financeira internacional, como por exemplo, a responsabilização de fatores domésticos pelas crises cambiais: ausência do "ajuste fiscal necessário", falhas de regulação dos sistemas financeiros, políticas monetárias "frouxas". Para finalizar, teríamos, no quinto bloco, a abertura de novos espaços para a valorização do capital, como por exemplo, a transferência para o setor privado da área previdenciária, da saúde e da educação.

Além de poderoso e flexível, esse paradigma é mistificador na sua essência. Transfere todas as responsabilidades para o indivíduo isolado frente ao capital, e para os países da periferia frente aos países centrais. Apresenta

demandas contraditórias entre si, como ajuste fiscal e liberdade para a movimentação de capitais. Despolitiza a macroeconomia, a pretexto de haver técnicas inequívocas, mas convive com enorme diversidade de políticas. Apresenta-se como antiestatal, mas depende da iniciativa do Estado para ser implantado e para ser gerido. O que está no interior dessa operacionalização, tudo aponta para que não seja uma força econômica global impessoal, mas uma estratégia econômica enraizada nos interesses da alta burguesia e das corporações.

O liberalismo, que combatia o Estado Absolutista e defendia, em sua origem, a liberdade individual, o direito inalienável à propriedade, o livre comércio e a não-intervenção do Estado na economia, continha nessa origem um “germe democrático”.

Se considerarmos que o liberalismo na sua origem (século XVIII) teve uma “semente democrática”, podemos observar que no século XX, a partir dos anos setenta, o liberalismo em sua “versão” neoliberal, combatendo tão fortemente o Estado, os governos e os espaços públicos, acabou tornando-se um pensamento “antidemocrático”, conforme José Luís Fiori (2001):

(...) uma diferença muito mais importante do ponto de vista histórico e político, entre o liberalismo originário e esta sua nova versão de fim de milênio. O primeiro lutou, em nome da liberdade dos indivíduos e do comércio, contra o absolutismo. Neste sentido, foi, no seu tempo, uma ideologia revolucionária que cumpriu papel decisivo na criação das instituições políticas liberais, que estão na origem da própria democracia. O novo liberalismo que, nas duas últimas décadas do século XX, se transformou numa arma de ataque, não apenas contra a regulação estatal, mas também contra o *Welfare State*, uma das principais obras da democracia de massa da segunda metade do século XX, se transformou numa

ideologia e numa política conservadora ou mesmo reacionária, ao legitimar uma verdadeira vingança do capital contra os trabalhadores. É por este motivo que o filósofo Norberto Bobbio nos adverte, no seu livro *O futuro da democracia*, que o objeto último do ataque neoliberal é a própria democracia.(p.79)

Neste mesmo entendimento, de caráter antidemocrático do liberalismo atual, Noam Chomsky concedeu entrevista ao jornal *Brasil de Fato* (07.01.04) ratificando essa questão:

Os governos, inclusive o brasileiro, têm duas constituições: a de seu povo e a dos investidores internacionais. E geralmente é a segunda que prevalece, porque os investidores ameaçam o governo, enfraquecem a moeda, ditam políticas públicas. Eles têm o poder de destruir um governo. Todos os elementos do pacote neoliberal foram pensados para restringir a democracia. Quando o Brasil, por exemplo, privatiza uma instituição, privatiza uma parte de sua economia e de sua política. Reduz sua arena pública e enfraquece sua democracia. A vida e a cidadania são transformadas em assuntos privados e postas à venda. Isso esvazia a democracia e a liberdade.(p.9)

No próprio interior do movimento neoliberal, já se percebe a flexão do discurso, que antes era mais intenso e direto, e agora a ênfase é utilizar um verniz social para as políticas macroeconômicas, como podemos notar na matéria do jornal *O Globo* (18.08.02):

A doutrina quase religiosa que dominou o pensamento econômico a partir do início dos anos 90 está perdendo força dentro do próprio templo. Há poucos dias, o economista inglês John Williamson – formulador do *Consenso de Washington*, espécie de Bíblia do neoliberalismo – admitiu que regras voltadas para o bem-estar social vão integrar a nova versão do documento. Simultaneamente, o americano Paul Krugman pôs em dúvida sua

crença nos mercados e, num artigo surpreendente, afirmou que as economias ao sul do EUA, em vez de rosas, colheram espinhos após as reformas da última década. (p.37)

Procuramos elucidar com base nos pressupostos do liberalismo clássico, alguns aspectos contraditórios da “hegemonia neoliberal”. Analisamos que o extremo individualismo desse modelo, indica um desfavorecimento de políticas democráticas com grande parte da sociedade.

A Constituição brasileira de 1988 assegura importantes conquistas no plano da educação. Em seu artigo 205, por exemplo, a educação é o

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em pontos fundamentais, a Constituição sinaliza que a problemática educacional se mostra equacionada. Entretanto, os movimentos reivindicatórios ligados à educação, bem como a imprensa, denunciam a complexidade da crise educacional que atravessa a sociedade liberal contemporânea.

Hoje a sociedade é totalmente outra. As condições concretas da vida cotidiana são marcadas por interesses específicos, por compromissos próprios, por uma lógica conservadora, por um discurso que aparece distante das condições imediatas da vida humana. Nestas atuais condições – a sociedade

liberal contemporânea – como fica a escola com seu discurso e compromisso emancipatório?

Só merecerá ser chamada de civilizada uma sociedade que trate a educação como um direito subjetivo das pessoas, como uma prática voltada para alargar seus horizontes humanos, como um fim em si. E não como um instrumento para adequar as pessoas às necessidades de um mercado desumano que, cada vez mais, mercantiliza os espaços e as relações sociais.

Para concluir, a sociedade atual, aponta para o desenvolvimento de uma educação fragmentada e com reduzida participação democrática, se considerarmos a sociedade como um todo. Portanto, é fundamental o resgate de uma escola pública para a construção de uma sociedade democrática e participativa. Através desse resgate, a educação pública poderá ter um caráter de autonomia e libertação, pois seu oposto, a educação mercantil, centrada na “performatização”, nas “competências”, entre outras, “pedagogias modernas”, inviabilizará o projeto de uma sociedade mais justa, igualitária, livre e democrática.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 4^o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADORNO, Theodor. Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AZEVEDO, Antonio Carlos. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. 2^o ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENJAMIN, César [et. al.] A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BIANCHETTI, Roberto. Modelo neoliberal e políticas educacionais. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRÍCIO, Japiassu e AGUIAR, Renato. Enciclopédia do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1999.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Unesp, 1999.

CASSIRER, Ernst. A Filosofia do Iluminismo. Campinas: Unicamp, 1994.

CHÂTELET, François [et. al.] História das idéias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia ? São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CHOMSKY, Noam. A luta de classes: entrevistas a David Barsamian. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 2º ed. atualizada até a EC nr. 38 de 12.06.2002. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

CURY, Carlos R. Jamil. Ideologia e educação brasileira. São Paulo: Cortez, 1988.

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DELACAMPNE, Christian. História da filosofia do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DESCARTES, René. Discurso do Método. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo. 3º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Ideologia. Uma introdução. São Paulo: UNESP; Boitempo, 1997.

ESCOBAR, Carlos Henrique. Marx Trágico: o marxismo de Marx. Rio de Janeiro: Taurus, 1993.

FERNANDES, Florestan. Marx - Engels (História). 3º ed. São Paulo: Ática, 1989.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FIORI, José Luís. 60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.) Teoria e Educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas. 6º ed. São Paulo: Ática, 1998.

GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo [et al]. Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.

GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Globalização Excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOYTISOLO, Juan Vallet. Ideologia, Praxis y mito de la tecnocracia. Madrid: Montecorvo, 1975.

HAESBAERT, Rogério (org.) Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo. Niterói: EdUFF, 1998.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2^o edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. A era do Capital - 1848-1875. 5^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. 3^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JAPIASSU, Hilton. Desistir do Pensar ? Nem Pensar ! Criando o Sentido da Vida num Mundo Funcional e Instrumental. São Paulo: Letras & Letras, 2001.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Lisboa: Gulbenkian, 1989.

_____. Sobre a pedagogia. Piracicaba: Unimep, 1999.

KONDER, Leandro. O que é dialética. 27^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. São Paulo: Edusp, 1974.

LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. 3ª ed. Lisboa: teorema, [19--]

LECHTE, John. Cinqüenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade. 2º ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LEGRAND, Gerard. Dicionário de Filosofia. Lisboa: Edições 70, 1983.

LÖWY, Michael. A teoria da revolução no Jovem Marx. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até os nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. 5º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LUCKESI, Cipriano. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALAGUTI, Manoel [et. al.]. Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANACORDA, Mario. História da educação: da antigüidade aos nossos dias. 10 edição. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. A Armadilha da Globalização. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1998.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. Manual Esquemático de História da Filosofia. São Paulo: LTr, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. O Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: INVERTA, 1998.

Marx, Karl. Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. O capital. São Paulo: Difel, 1982.

MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai ? São Paulo: Senac, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo. Ética e racionalidade moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Educação das massas: uma “sombra” no século das luzes. São Paulo: Edusp, 2001.

PETRAS, James. Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.

PINSKY, Jaime e BASSANEZI, Carla (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril, 1982.

ROUANET, Sergio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SADER, Emir ... [et al.]. O Brasil do real. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo.(Orgs.) Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia e Administração. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SARUP, Madan. Marxismo e educação: abordagem fenomenológica e marxista da educação. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). O sujeito da educação. Estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STIGLITZ, Joseph. Rumo ao pós- Consenso de Washington. São Paulo, Política Externa, v. 7, 2, set./out.,1998.

TAVARES, Laura. O desastre social. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VENTURI, Franco. Utopia e Reforma no Iluminismo. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Periódicos:

Revistas

CADERNOS LE MONDE DIPLOMATIQUE: São Paulo: UNESP, nº 3, janeiro 2002.

CARTA CAPITAL. revista semanal de política, economia e cultura. São Paulo: Confiança, nr. 195, 26 de jun. 2002.

CARTA CAPITAL. revista semanal de política, economia e cultura. São Paulo: Confiança, nr. 213, 30 out. 2002.

CARTA CAPITAL. revista semanal de política, economia e cultura. São Paulo: Confiança, nr. 253, 13 ago.2003.

CARTA CAPITAL. revista semanal de política, economia e cultura. São Paulo: Confiança, nr. 261, 08 out.2003.

CONTEMPORANEIDADE E EDUCAÇÃO: revista semestral de Ciências Sociais e Educação. IEC, Ano VI, nr. 10, 2º semestre 2001.

FÓRUM. revista mensal de cultura, política e educação. São Paulo: Publisher Brasil, nr. 9, 2003.

Jornais

BRASIL DE FATO. jornal semanal. São Paulo: nº. 12, 22 maio 03.

_____ .jornal semanal. São Paulo: nr. 17, 22 junho 03.

_____ .jornal semanal. São Paulo: nr. 18, 03 julho 03.

_____ .jornal semanal. São Paulo: nr. 19, 10 julho 03.

_____ .jornal semanal. São Paulo: nr. 44, 01 janeiro 04.

FOLHA DE SÃO PAULO. jornal diário. São Paulo: 30 março 2003.

O GLOBO. Jornal diário. Rio de Janeiro. 31 agosto 2003.